

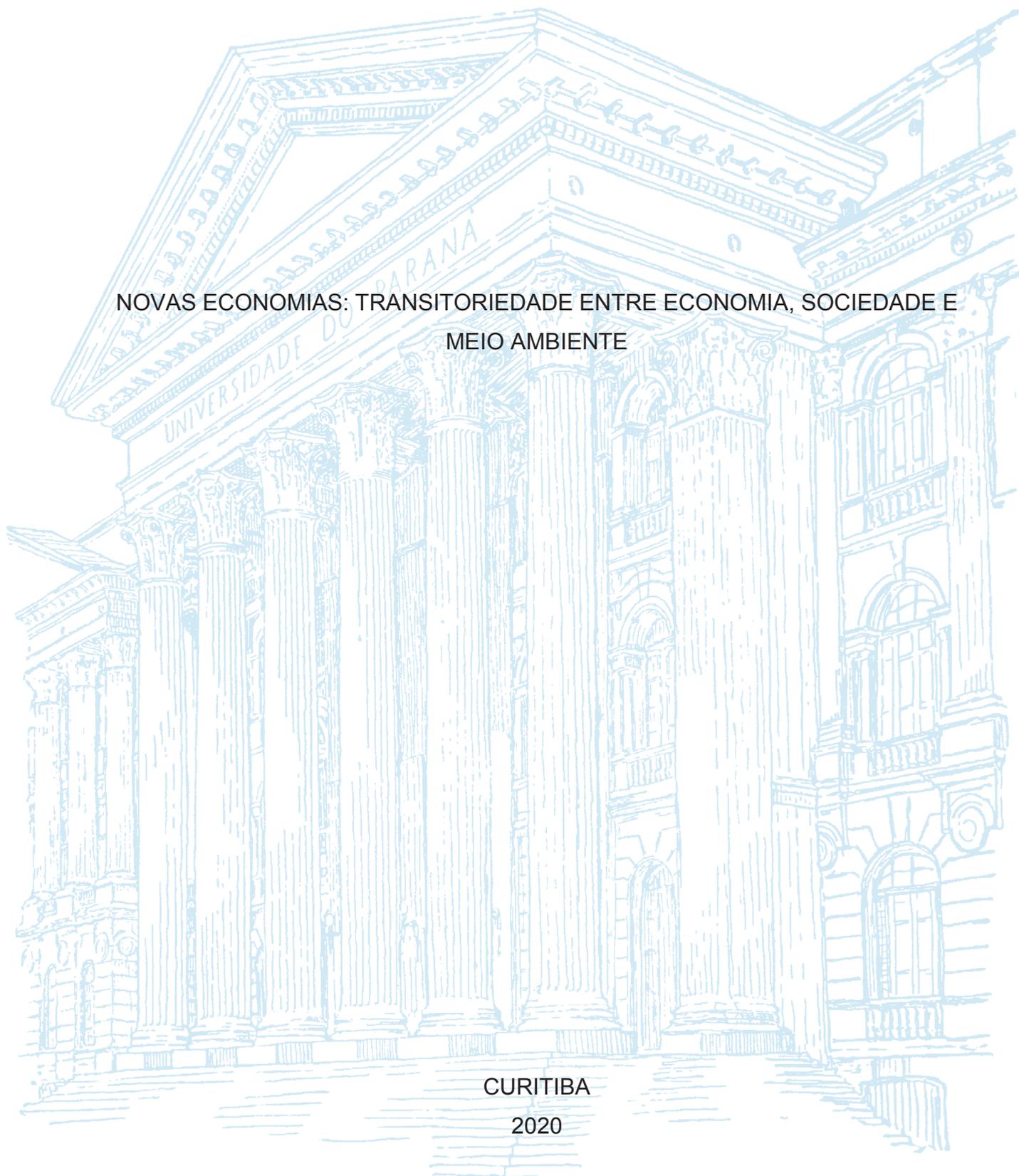
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOÃO HENRIQUE TOMASELLI PIVA

NOVAS ECONOMIAS: TRANSITORIEDADE ENTRE ECONOMIA, SOCIEDADE E
MEIO AMBIENTE

CURITIBA

2020



JOÃO HENRIQUE TOMASELLI PIVA

NOVAS ECONOMIAS: TRANSITORIEDADE ENTRE ECONOMIA, SOCIEDADE E
MEIO AMBIENTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Setor de Agrárias, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio

Coorientador: Prof.^a Dr.^a. Mayra Taiza Sulzbach
Prof.^a Dr.^a. Roberta Giraldi Romano

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Piva, João Henrique Tomaselli

Novas economias: Ttransitoriedade entre economia, sociedade e meio ambiente. / João Henrique Tomaselli Piva. - Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Carlos Alberto Cioce Sampaio.

Coorientadoras: Mayra Taiza Sulzbach; Roberta Giraldi Romano.

1. Empresas - Sustentabilidade. 2. Sustentabilidade e meio ambiente. 3. Responsabilidade social da empresa - Meio ambiente. 4. Empresas - Fatores socioeconômicos. I. Sampaio, Carlos Alberto Cioce. II. Sulzbach, Mayra Taiza. III. Romano, Roberta Giraldi. IV. Título. V. Universidade Federal do Paraná.

TERMO DE APROVAÇÃO

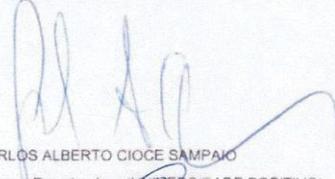


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO - 40001016029P1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **JOÃO HENRIQUE TOMASELLI PIVA** intitulada: **NOVAS ECONOMIAS: TRANSITORIEDADE ENTRE ECONOMIA, SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE** sob orientação do Prof. Dr. CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 23 de Março de 2020


CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE POSITIVO)


ANDREA FREIRE DE CARVALHO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE/PRODEMA)


VALDIR BRIGO DENARDIN

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)


MÁRIO PROCOPUICK

Avaliador Externo (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Denise Luciane Tomaselli Piva e Walmor Luiz Piva Filho. Minha irmã, Maria Luisa Tomaselli Piva e meu cunhado Raphael Ehler Schimidt pelo apoio durante o mestrado.

Agradeço ao meu orientador Prof Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio, ou simplesmente Sampaio, pelo acolhimento e incentivo.

Agradeço a coorientadora Profa. Dra. Roberta Giraldi Romano, pelo auxílio e dedicação na construção dessa pesquisa.

A coorientadora Profa. Dra. Mayra Sulzbach, pelo apoio e dedicação.

Aos professores Valdir Denardin Rodrigues, Andréa, Mario Procopiuck pela contribuição na banca.

Ao programa de pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, a todos os docentes e funcionários que atuam nele.

Aos colegas do doutorado e mestrado.

A CAPES, pela bolsa de estudo.

Aos meus amigos das bandas Notívagos e Mumbai Express.

RESUMO

O intenso debate a respeito da crise socioambiental tem mobilizado atenção crescente em todo o mundo pelas consequências irreparáveis, impossíveis de serem precificadas, estando esse atrelado a lógica da racionalidade econômica sobre a qual se construiu o modelo de desenvolvimento vigente. Na tentativa de adequar os modelos empresariais aos desafios da sustentabilidade, surgem as empresas com propósito socioambiental, empresas que, sem deixar de atuar no mercado, atentam para impactos sociais e ambientais em seu modelo de negócios. O presente estudo, teve como objetivo analisar como as empresas do movimento B, no Brasil, representam transitoriedade para novas economias, a partir da perspectiva da ecossocioeconomia das organizações. Como forma de analisar essas experiências, foi construída a matriz da ecossocioeconomia das organizações como uma ferramenta teórico-metodológica, a qual se mostrou adequada para análise desses novos modelos de gestão empresarial que ponderam as consequências sociais e custos ambientais. Para isso, foi realizada uma pesquisa exploratória-descritiva de cunho qualitativo, utilizando como métodos a pesquisa bibliográfica-documental. O recorte de estudo foi de cinco empresas com propósito socioambiental do movimento B no Brasil. Ao analisar as empresas B nas perspectivas da ecossocioeconomia, nota-se que essas atendem parcialmente, demonstrando que há transitoriedade de práticas de negócios socioambientalmente responsáveis. A transitoriedade, assim foi concebida como uma mudança na atitude das empresas que assumem propósitos ecossocioeconômicos, ou seja, que apresentam sinergia entre as três dimensões econômicas, sociais e ecológicas, ampliando assim sua atuação das organizações para além da ideia de ganho monetário.

Palavras Chaves: Novas Economias, Ecossocioeconomias das organizações, Empresas B.

ABSTRACT

The intense debate about the socio-environmental crisis has mobilized increasing attention throughout the world, for the irreparable consequences, impossible to be priced, this is linked to the logic of economic rationality on which the current development model was built. To adapt today's business models to the challenges of sustainability, companies arise with socioenvironmental purpose, companies that, without fail to act on the market, incorporate the social and environmental impacts in their business model. The present study, aimed to analyze how the companies of movement B in Brazil, represent transience to new economies, from the perspective of the ecosocioeconomics of organizations. As a way to analyze these experiences, the matrix of ecosocioeconomics of organizations was built as a theoretical-methodological tool, which proved appropriate for the analysis of these new business management models that weigh the social consequences and environmental. For this, exploratory-descriptive research of qualitative nature was performed, using as methods the bibliographic-documental research. The study sample was five companies with the socio-environmental purpose of the B movement in Brazil. As a result, by analysing B companies, the perspective of ecosocioeconomics was partially met, demonstrating that companies are in the process of the transience to socially responsible businesses. This is how transience was conceived as a change in the attitude of companies that assume eco-socioeconomic purposes, company that assumes the ecosocioeconomic, purpose, that synergy is created between these three dimensions, thus expanding the performance and expanding away from the unique idea of monetary gain.

Keywords: New Economies, Ecosocioeconomics of organizations, B companies.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – <i>CONTINUUM</i> GRAUS DE HIBRIDISMO	37
FIGURA 2 – DIFERENÇA ENTRE B CORPORATION E BENEFIT CORPORATION	39
FIGURA 3– ORIGEM RECEITA B LAB.....	44
FIGURA 4– ESCALA DE AÇÃO.....	51
FIGURA 5– LOGO CASA DO FUTURO.....	59
FIGURA 6– LOGO COURRI	62
FIGURA 7– LOGO FAZENDA DA TOCA.....	65
FIGURA 8– LOGO MEU COPO ECO	68
FIGURA 9– CONCEITO CAUÇÃO EMPREGADO PELA MCE	69
FIGURA 10–LOGO OKENA.....	72
FIGURA 11–ESCALA DE AÇÕES EMPRESAS B SELECIONADAS	79

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1– VISÃO GERAL DAS ÁREAS DE IMPACTO CONTIDAS NO FORMULÁRIO (BIA)	42
QUADRO 2 – MATRIZ ANALÍTICA DE EXPERIÊNCIAS EM ECOSSOCIOECONOMIAS.....	51
QUADRO 3– MATRIZ METODOLOGICA DA PESQUISA.....	52
QUADRO 4– EMPRESAS SELECIONADAS PARA O ESTUDO.....	53
QUADRO 5– MATRIZ DE EXPERIÊNCIA EM ECOSSOCIOECONOMIAS CASA DO FUTURO.COM.....	59
QUADRO 6– MATRIZ DE EXPERIÊNCIA EM ECOSSOCIOECONOMIAS COURRI	62
QUADRO 7– MATRIZ DE EXPERIÊNCIA EM ECOSSOCIOECONOMIAS FAZENDA DA TOCA	65
QUADRO 8– MATRIZ DE EXPERIÊNCIA EM ECOSSOCIOECONOMIAS MEU COPO ECO.....	70
QUADRO 9– MATRIZ DE EXPERIÊNCIA EM ECOSSOCIOECONOMIAS OKENA	73
QUADRO 10– MATRIZ ANALÍTICA DE EXPERIÊNCIAS EM ECOSSOCIOECONOMIAS EMPRESAS B	79

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	16
1.2 OBJETIVOS	18
1.2.1 Objetivo geral	18
1.2.2 Objetivos específicos.....	18
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	19
2 REVISÃO DE LITERATURA	20
2.1 A RACIONALIDADE ECONOMICA NAS ORGANIZAÇÕES.....	20
2.2 A PROBLEMATICA SOCIOAMBIENTAL NAS EMPRESAS	23
2.3 ECOSSOCIOECONOMIA DAS ORGANIZAÇÕES	32
2.4 TRANSITORIEDADE PARA NOVAS ECONOMIAS	34
2.4.1 Organizações Híbridas	37
2.5 MOVIMENTO B CORPORATION	40
2.5.1 <i>B Corporation</i>	40
2.5.2 Certificação B Corp	41
3 METODOLOGIA	46
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	46
3.1.1 População e Amostra	46
3.1.2 Delineamento e Etapas da Pesquisa	47
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	53
4.1 EMPRESAS SELECIONADAS PARA O ESTUDO	53
4.1.1 Resultados e discussão.....	58
4.1.1.1 CASA DO FUTURO.COM	58
4.1.1.2 COURRI	61
4.1.1.3 FAZENDA DA TOCA	63
4.1.1.4 MEU COPO ECO	68
4.1.1.5 OKENA	71
5 CONSIDERAÇÕES	81
5.1.1 Limitações e Dificuldades da Pesquisa	83
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO	92
APÊNDICE 2– QUESTIONARIO PROCESSOS ORGANIZACIONAIS	95

1 INTRODUÇÃO

1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A visão limitada de que a natureza é apenas um recurso nas etapas produtivas impacta não só a natureza, com a poluição e degradação da diversidade biológica, mas gera problemas complexos, como a injustiça ambiental, o aumento da desigualdade e as mudanças climáticas. As consequências muitas vezes são irreparáveis, impossíveis de serem precificadas e reduzidas a esta lógica, retratando os limites da racionalidade econômica sobre a qual se construiu o modelo de desenvolvimento vigente, apontado como uma das principais causas da problemática socioambiental (PORTO-GONÇALVES, 2009; SAMPAIO, 2010; SMITH, MAX-NEEF, 2011).

Atualmente, 97% das trocas mundiais não correspondem a bens e serviços reais e 1% do grupo mais rico da população mundial tem a mesma riqueza dos demais 99%, enquanto mais de 700 milhões de pessoas vivem em estado de pobreza – quase metade da população mundial, 3,4 bilhões de pessoas, não possui suas necessidades básicas atendidas. Na crise ecológica da relação entre sociedade e natureza, 40% das terras agrícolas do mundo estão seriamente degradadas e 60% a 80% de todo o lixo no mar é plástico. Até 2050 pode haver mais plástico do que peixes no mar (ELLEN MACARTHUR, 2016; ONU, 2018; OXFAM, 2019).

Diante desse cenário crítico, é preciso pensar em formas de transição para sociedades mais sustentáveis, o que implica em transformações na vida econômica da sociedade contemporânea (JACOBI, 2017). Dentre estas possibilidades, as ecossocioeconomias¹ partem da premissa de que os sistemas sociais e ecológicos são inseparáveis. Questionando modelos e teorias, surgem da insatisfação em relação ao modelo hegemônico, mas podem reunir requisitos do paradigma decadente para que se realize a transição entre o velho e o novo contexto (SAMPAIO *et al.*, 2008; SAMPAIO, 2018).

¹O termo ecossocioeconomia, está imbricado na discussão sobre o ecodesenvolvimento (antecedente ao desenvolvimento sustentável), enquanto o ecodesenvolvimento privilegia o enfoque epistemológico-teórico, já a ecossocioeconomia enfatiza o enfoque metodológico-empírico (SAMPAIO, 2010).

Na dimensão organizacional, a ecossocioeconomia das organizações possibilita pensar a viabilidade interorganizacional e a efetividade extraorganizacional para o território, além de relevar a chamada extrarracionalidade nos processos de tomada de decisão, para incorporar demandas socioambientais oriundas do território da interorganização, onde a racionalidade seja conduzida pelo cálculo de consequências socioambientais (SAMPAIO, 2010).

As empresas, organizações que desde sua origem na Revolução Industrial, sempre tiveram o retorno econômico como seu principal propósito, passam por mudanças gradativas a partir do século XX, com a emergência da discussão em torno da questão ambiental (TENORIO, 2006). A criação de novos modelos de negócios, em que as medidas de eficiência empresarial são substituídas por práticas que consideram a resolução de problemas socioambientais, se torna um dos pontos essenciais para a transição de novas economias (HOFFMAN, 2001; ABRAMOVAY, 2012).

As semelhanças entre os objetivos desses novos modelos de empresas de mercado, em relação a governos e organizações sem fins lucrativos, revelam-se como uma forma de minimizar os problemas sociais e ambientais, realocando os investimentos individuais, aliando tecnologia e recursos econômicos a ferramentas públicas e participação social (CHAVÉS, MONZON, 2018).

Isso não significa que esses novos modelos organizacionais poderão se encarregar de resolver os grandes desafios das sociedades atuais, mas que ao contrário do modelo tradicional das empresas privadas, em que são descritos como autônomos e independentes, se encontram imersos na vida social e na noção da finitude da natureza (ABRAMOVAY, 2012).

A fim de compreender o surgimento desse cenário de transição para novas economias, tem-se como recorte de estudo as empresas com propósito socioambiental do movimento Sistema B no Brasil. O movimento *B Corporation*, surge através da organização sem fins lucrativos *B-Lab* nos Estados Unidos em 2006, propondo utilizar os modelos de negócio para resolver problemas socioambientais, visando criar uma comunidade de empresas que favoreça uma economia com base no bem-estar das sociedades e nos limites ecológicos de forma simultânea, com considerações de curto e longo prazo (SISTEMA B, 2019).

O movimento B se diferencia em relação às formas existentes de certificação ao oferecer ferramentas para avaliação de impacto socioambiental das empresas (*B*

Impact Assessment), legislação (*benefit corporation*) e um sistema de investimentos de impacto em ações socioambientais (*GIIRS*). No mundo todo o movimento conta com 3272 empresas certificadas. No Brasil foi oficializado em 2013 pela ONG Sistema B e, até o momento, é composto por 147 empresas certificadas (SISTEMA B, 2019).

Esta dissertação está inserida no grupo de pesquisa de Ecosocioeconomia, vinculado à linha de Urbanização, Cidade e Ambiente Urbano do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, dedica-se a compreender a seguinte problemática:

Como iniciativas com propósito socioambiental que atuam no mercado, podem representar transitoriedade para novas economias, a partir da perspectiva da ecosocioeconomia das organizações?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender como iniciativas com propósito socioambiental do sistema B, que atuam no mercado podem representar transitoriedade para novas economias, a partir da perspectiva da ecosocioeconomia das organizações.

1.2.2 Objetivos específicos

A fim de alcançar o objetivo geral foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos

- a) Caracterizar o que pode vir a ser denominado como as novas economias diante da prevalência do atual modelo econômico;
- b) Analisar empresas com propósito socioambiental do Sistema B, com base na perspectiva da ecosocioeconomia das organizações.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O primeiro capítulo refere-se à introdução, problemática e os objetivos da pesquisa.

No segundo capítulo, apresenta-se a fundamentação teórica. Inicia-se a discussão a partir da influência da racionalidade economicista nas ações empresariais desde o século XIX e suas relações com a problemática socioambiental emergente no debate mundial no século XX. Devido à necessidade de se pensar em modelos que relevem as consequências socioambientais, bem como qualificar práticas já existentes, a ecossocioeconomia das organizações é inserida com intenção de ser a base teórico-metodológica na discussão sobre novos modelos organizacionais que possam contribuir para o surgimento de novas economias. Na sequência, o tópico transitoriedade para novas economias descreve os conceitos e denominações emergentes, diferenciando dos conceitos tradicionais de empresas e práticas econômicas. Em seguida é apresentado o recorte de estudo, o Movimento B *Corporation*.

O terceiro capítulo apresenta as etapas metodológicas realizadas. No quarto capítulo a discussão a partir dos resultados obtidos. O quinto capítulo apresenta as considerações e as limitações da pesquisa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura foi estabelecida dentro do limite histórico da sociedade industrial e pós-industrial, com o objetivo de compreender as mudanças das relações empresa, sociedade e meio ambiente².

2.1 A RACIONALIDADE ECONOMICA NAS ORGANIZAÇÕES

A economia, do grego *oikonomia* (*Oiko=casa*), surge a partir do momento em que populações começam a criar modos diversos de produção que implicavam diferentes formas de apropriação da natureza, tendo como essência a produção para uso próprio, baseado na domesticidade, redistribuição, sem visar retornos econômicos (POLANYI, 2000).

A economia sempre esteve presente nas sociedades humanas, mas para a civilização do século XIX, as dinâmicas econômicas passam a ocorrer em um sentido diferente e distinto. Diante da expansão do comércio entre as nações e o surgimento dos primeiros mercados, as atividades econômicas já não estavam mais baseadas na essência primitiva da economia de produção para o uso próprio, e sim na produção e distribuição em grande escala, visando ganhos econômicos, motivo raramente reconhecido como válido na história das sociedades humanas e, certamente, nunca antes elevado ao nível de uma justificativa de ação social³ e comportamento na vida cotidiana (POLANYI, 2000).

Ao invés de incluir a economia nas relações sociais, foram as relações sociais que se tornaram parte do sistema econômico. A sociedade do século XIX concebia que todo ser humano só visava ao lucro em sua atividade econômica, orientados

²Meio ambiente é tudo o que envolve os seres vivos e as coisas, não há como negar a interdependência entre sistemas ecológicos e sociais, como aponta Cavalcanti (2010), é inquestionável evidência de que não existe sociedade (nem economia) sem sistema ecológico, mas pode haver meio ambiente sem sociedade (e economia).

³ Para Weber (1999, p.15) ação social pode ser determinada: 1) De modo racional referente a fins: por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como 'condições' ou 'meios' para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso; 2) De modo racional referente a valores: pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação – absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independentemente dos resultados; 3) De modo afetivo, especialmente emocional: por afetos ou estados emocionais atuais; 4) De modo tradicional: por costume arraigado.

somente pela racionalidade econômica, e que todo comportamento em contrário seria resultado de uma interferência externa (ETZIONI, 1988; POLANYI, 2000).

Logo, o conceito do *homo economicus* foi aceito como representando a verdadeira natureza do ser humano, contribuindo para que a ciência da economia não só se tornasse essencial, mas estabelecendo uma racionalidade de dominação da ordem natural das coisas do mundo (DRUCKER, 2001).

Para Fernandes (2008), a noção de racionalidade emerge exatamente dessa capacidade dos seres humanos agirem sobre a natureza e de interagir com os outros seres humanos. Souto-Maior (1998) aponta que o conceito de racionalidade instrumental do utilitarista Thomas Hobbes, baseado no cálculo dos meios adequados para atingir os fins do indivíduo, foi a base para o desenvolvimento da economia como ciência. Contudo, o termo é pejorativamente empregado ao igualar a racionalidade instrumental à racionalidade econômica, que pode ser definida como aplicação da racionalidade instrumental para finalidades de conteúdo predominantemente econômico (SAMPAIO, 2010).

Essa racionalidade, predominante no século XIX, se tornou a base para o estabelecimento do atual paradigma econômico, pretensamente dominante, sustentado pela dinâmica capitalista e economia de mercado. Esse sistema econômico que tem como lógica a ideia de que todos os problemas humanos podem ser resolvidos, com o consumo ilimitado de bens materiais, como sendo o único fim e o propósito de toda atividade econômica, tomando como meio os fatores de produção terra (natureza), trabalho (ser humano) e o dinheiro (SHUMACHER, 1977).

Uma economia de mercado é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados, como aponta Polanyi (2000):

Uma economia desse tipo se origina da expectativa de que os seres humanos se comportem de maneira tal a atingir o máximo de ganhos monetários. Ela pressupõe mercados nos quais o fornecimento dos bens disponíveis (incluindo serviços) a um preço definido igualarão a demanda a esse mesmo preço. Pressupõe também a presença do dinheiro, que funciona como poder de compra nas mãos de seus possuidores. No entanto o ganho e o lucro feitos nas trocas jamais desempenharam um papel tão importante na economia humana (p. 89).

Uma economia de mercado transforma elementos da própria vida em fatores de produção: ser humano em trabalho remunerado, a natureza (terra) em propriedade por meio do dinheiro, o que os tornam mercadorias. Para Polanyi (2000) “o dinheiro não era um meio de troca, era um meio de pagamento; não era uma

mercadoria, era o poder de compra; longe de ter utilidade em si mesmo, ele era apenas um signo que incorporava um dado quantificado em relação às coisas” (p.94).

De certa forma, assim, a dinâmica capitalista cria uma racionalidade própria que determina a ação social, ora baseada na relação entre meios e fins, denominada utilitarista, ora baseada em fins, ainda que tenha componente substantivo, no entanto determinado pela visão materialista de mundo. O que pode sugerir que ações sociais parametrizadas por outras racionalidades podem vir a ser questionadas a ponto de serem confundidas por subjetividade ou até mesmo por irracionalidades (FERNANDES, 2008; SAMPAIO, 2010).

Como aponta Polanyi (2000), a economia é de natureza humana e está submersa em suas relações sociais, e nem todas as ações sociais são orientadas pela racionalidade econômica. O ser humano não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, mesmo no processo de produção e distribuição, age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social.

O fato de as finalidades das ações serem econômicas não implica automaticamente que sejam egoístas. Isso ocorre na maior parte das vezes quando os interesses individuais se sobrepõem aos interesses coletivos, no cálculo da relação meios/fins, tendendo a diminuir possíveis extrarracionalidades (ETZIONI, 1984; 1988; FERNANDES, 2008; SAMPAIO *et al.*, 2011).

A extrarracionalidade pode ser considerada como um conhecimento ainda pouco visível, tácito (SOUTO-MAIOR, 1988). A extrarracionalidade prevê no processo de tomada de decisão estimar as consequências coletivas nas decisões, antes de as pessoas tomarem, qualquer decisão tendem a agir moralmente. Contudo, no momento em que a racionalidade economicista prevalece, a dimensão moral tende a diminuir (ETZIONI, 1988; SAMPAIO, 2010).

Ao atribuir um grande valor a racionalidade, principalmente econômica, as finalidades das organizações passaram a ser impactadas diretamente, nesse processo de transformação em que a motivação econômica passou a substituir a motivação da subsistência (MORGAN, 1986; POLANYI, 2000).

Sendo fundamentais nas sociedades, por meio das organizações, as pessoas se unem para suprir diversas necessidades. As empresas, organizações que produzem bens ou prestam serviços, a fim de atender as necessidades humanas,

tiveram sua expansão a partir da Revolução Industrial no começo do século XIX, no momento em que grande parte da produção e distribuição que ocorria de forma artesanal e doméstica na Europa, passou a ocorrer em fábricas (TENORIO, 2006). Nesse processo de transformação em que a motivação do lucro passou a substituir a motivação da subsistência, o sistema fabril composto por empresas e unidades especializadas tornou-se o principal eixo articulador e construtor das sociedades, trazendo consigo um sistema consumista, perdulário e poluidor (BOFF, 2015).

Pela perspectiva econômica do século XIX, gerar bons resultados econômicos era a função social da empresa, acima de tudo (FRIEDMAN, 1985). Até a metade do século XX, a função social ou responsabilidade social da empresa era entendida como a capacidade de geração de retornos econômicos, criação de empregos e cumprimento das obrigações legais (TENORIO, 2006).

Como aponta Toffler (1980), a sociedade industrial buscava exclusivamente o sucesso econômico. Contudo, a predominância dessa racionalidade econômica posteriormente passou a ser apontada como a principal origem do desequilíbrio socioambiental. Isso se dá ao fato de que os sistemas econômicos desde o início do século XIX são entendidos como fechados, estáticos e sempre tendendo ao equilíbrio, enquanto na realidade eles são abertos, dinâmicos e bem distantes do equilíbrio (VEIGA & CHECHIN, 2009).

A partir de uma série de catástrofes originadas desse isolamento da esfera da produção em relação a natureza, o início do debate ambientalista surge a partir da metade do século XX. Com efeito, faz-se necessário abordar a problemática socioambiental no debate global e sua influência nas ações das empresas e compreender que muito dessa atenção ainda se dá por motivações mercadológicas do que por mudanças de atitudes (FERNANDES, 2008).

2.2 A PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL NAS EMPRESAS

O intenso debate a respeito da crise do meio ambiente tem mobilizado uma atenção crescente em todo o mundo, desde suas origens nos anos 60, apontando os limites da racionalidade econômica diante dos desafios apresentados pela degradação ambiental, emergindo como uma crise de civilização da cultura

ocidental, da racionalidade da modernidade e do mundo globalizado. Não é somente uma calamidade ecológica ou um desequilíbrio do atual paradigma econômico, e, sim dos seus fundamentos e das formas de conhecimento do mundo. Deste modo, a problemática ambiental emerge como uma problemática econômica, social, cultural e até existencial (LEFF, 2006; SAMPAIO, FERNANDES, 2007)

As publicações que iniciam o debate ambientalista, como o livro a *Silent Spring* de Rachel Carson, lançado em 1962, e o relatório *The Limits of Growth*, publicado pelo Clube de Roma em 1972, já denunciavam a insustentabilidade dos modelos de produção, e a excessiva autonomia das empresas, sem a devida responsabilidade pelas consequências negativas de suas atividades (CARSON 1969; MEADOWS, 1972).

No campo das organizações privadas, também se apresentava crescente a discussão referente à Responsabilidade Social (RS) (CARROLL, 1979). Diferente do século XIX, até a metade do século XX, os problemas socioambientais da industrialização não eram questionados. Logo, percebeu-se que as empresas não possuíam somente obrigações econômicas, mas, também obrigações éticas, diante da sociedade e da natureza. O termo Responsabilidade Social (RS), Responsabilidade Social Corporativa (RSC) ou Empresarial, bem como Responsabilidade Socioambiental Corporativa (RSE) é tomada como um conceito amplo, no qual a empresa, preservando seus compromissos de negócio, cria métodos, planos e incentivos para que, interna e externamente, consiga colaborar com as expectativas de equilíbrio e justiça da sociedade, excedendo as funções que estão estabelecidas em lei e os próprios interesses inerentes aos seus negócios (FISHER, 2003).

Essa concepção do conceito de RS está associada às mudanças de valores requeridas pela sociedade pós-industrial. Como aponta Drucker (2001), as organizações não existem para benefício próprio. Elas são meios, cada uma é um órgão da sociedade destinado ao desempenho de uma tarefa social.

Até metade do século XX, as empresas viam sua relação com o meio ambiente como uma ameaça externa aos retornos econômicos. Após o debate global referente à problemática ambiental e a responsabilidade social, passaram a reavaliar as formas de gerir os problemas socioambientais e desenvolver novas estratégias para lidar com seus desafios (HOFFMAN, 2001).

A importância da sociedade civil nesses debates por meio dos movimentos ambientalistas ao pressionar e exigir regulamentações por parte dos governos foram um dos principais condutores na exigência de boas práticas socioambientais nas empresas. Hoffman (2001), ao realizar um levantamento histórico do ambientalismo nas empresas, menciona que nos anos 70 os governos sob pressão da sociedade civil foram os precursores em exigir a responsabilidade socioambiental das empresas. Já nos anos 80, o ativismo social passou a ter uma maior influência nessas discussões, coincidindo com o declínio do planejamento público e a ascensão das premissas da economia de livre mercado, que propagava um discurso público contrário à questão socioambiental (HOFFMAN, 2001; FREY, 2001).

Assim, a necessidade da sustentabilidade ecológica aparece como critério para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência, problematizando as formas de conhecimento, os valores sociais e as próprias bases da produção, abrindo uma nova visão do processo civilizatório da humanidade (LEFF, 2006; SAMPAIO, FERNANDES, 2007).

O Ecodesenvolvimento, antecessor do desenvolvimento sustentável, mencionado pela primeira vez por Maurice Strong, em 1973, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, foi elaborado particularmente para países em processo de desenvolvimento. O Ecodesenvolvimento critica o modo de vida sob a perspectiva economicista e não vê o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, ou seja, a busca por reproduzir os padrões de consumo e os processos sociais dos países industrializados (SAMPALIO, 2010; BARBIERI *et al* , 2010). Propõe um modelo de desenvolvimento endógeno, baseado nas cinco dimensões de sustentabilidade (social, econômica, ecológica, espacial e cultural), voltado para atender as necessidades sociais mais abrangentes, que dizem respeito à melhoria da qualidade de vida da maior parte da população e o cuidado com a preservação ambiental como uma responsabilidade para com as futuras gerações:

1. Sustentabilidade social: entendida como a criação de um processo de desenvolvimento que seja sustentado por uma outra lógica de crescimento e subsidiado por uma outra visão do que seja uma boa sociedade. A meta é construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.

2. Sustentabilidade econômica: que deve ser viabilizada mediante a alocação e o gerenciamento mais eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados. A eficiência econômica deve ser avaliada em termos macrossociais, e não apenas por meio do critério da rentabilidade empresarial de caráter microeconômico.
3. Sustentabilidade ecológica: que pode ser melhorada utilizando-se as seguintes ferramentas; ampliar a capacidade de carga da espaçonave Terra por meio de soluções engenhosas, intensificando-se o uso do potencial de recursos dos diversos ecossistemas com o mínimo possível de danos aos sistemas de sustentação da vida; limitar o consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos que são facilmente esgotáveis ou danosos ao meio ambiente, substituindo-os por recursos ou produtos renováveis e/ou abundantes, usados de forma não agressiva ao meio ambiente; reduzir o volume de resíduos e de poluição, por meio da conservação de energia e de recursos, além da reciclagem; promover a autolimitação no consumo material por parte dos países ricos e dos indivíduos em todo o planeta; intensificar a pesquisa para a obtenção de tecnologias de baixo teor de resíduos e eficientes no uso de recursos para o desenvolvimento urbano rural e industrial; definir normas para uma adequada proteção ambiental, desenhando a máquina institucional e selecionando a combinação de instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários para o seu cumprimento.
4. Sustentabilidade espacial, que deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e de uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas com ênfase no que se segue: reduzir a concentração excessiva nas áreas metropolitanas; frear a destruição de ecossistemas frágeis, mas de importância vital, decorrente de processos de colonização efetivados sem controle; promover práticas modernas e regenerativas de agricultura e agrossilvicultura, envolvendo os pequenos agricultores e empregando adequadamente pacotes tecnológicos, crédito e acesso a mercados; explorar o potencial da industrialização descentralizada, acoplada à nova geração de tecnologias, com referência especial às indústrias de biomassa e ao seu papel na criação de oportunidades de emprego não-agrícolas nas áreas

rurais; criar uma rede de reservas naturais e de Reservas da Biosfera, para proteger a biodiversidade.

5. Sustentabilidade cultural, incluindo a procura das raízes endógenas de modelos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos de mudança que resguardem a continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento numa pluralidade de soluções, ajustadas à especificidade de cada contexto sócio-ecológico (SACHS, 2007, p. 181-183).

O termo desenvolvimento sustentável elaborado no período de 1983 a 1987, foi definido pela primeira vez no relatório “Nosso Futuro Comum” ou *Brundtland* como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991). Esse conceito começou a ser amplamente discutido após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, após 20 anos da primeira conferência em Estocolmo, onde a problemática ambiental ganhava dimensões globais.

O desenvolvimento sustentável passa a ter um papel importante de forma política e ideológica nos discursos das organizações internacionais, governos e empresas em relação ao meio ambiente, criando o campo da gestão ambiental em cada um dos âmbitos (PIERRI, 2006). Porém, o imperativo de crescimento econômico ainda é mantido como a única forma de mitigar os problemas socioambientais. Essa é a principal contradição do discurso do desenvolvimento sustentável, sugerindo que os países ao adotarem tecnologias que tornassem as produções menos dependentes de recursos naturais (ecoeficiência) possibilitariam um crescimento econômico harmonioso em relação às limitações do planeta terra (NAREDO, 2012).

O discurso do desenvolvimento sustentável possui contradições. Entretanto, como aponta Gladwin *et al.* (1995), ele apresenta uma importância pedagógica de transição para o progresso da humanidade, passando do crescimento econômico que beneficia poucos, para o desenvolvimento humano que beneficia muitos; no respeito ao meio ambiente; na busca da equidade e justiça social; dos direitos individuais para a obrigação coletiva; de quantidade para qualidade; igualdade de gênero e o futuro das próximas gerações.

Após a Cúpula da Terra ou Rio 92, como resultado das discussões do *Business Council for Sustainable Development* (BCSD), foi publicado o livro “*Changing Course*” (Mudança de Rumo), escrito por Stephan Schmidheiny, com o objetivo de mudar a concepção de que as empresas eram a causa de toda a problemática ambiental, demonstrando que, a partir do desafio da sustentabilidade, as empresas se tornariam parte da solução para o desenvolvimento sustentável ao criar um negócio. Fruto dessa publicação e desse debate é criado, em 1995, o *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), organização responsável por propagar no meio empresarial o discurso do desenvolvimento sustentável, tendo como principal ferramenta a busca pela ecoeficiência das empresas (ALMEIDA, 2002).

Compreende-se ecoeficiência, como a oferta de bens e serviços a preços competitivos, que, por um lado, satisfaçam as necessidades humanas e contribuam para a qualidade de vida e, por outro, reduzam progressivamente o impacto ecológico e a intensidade de utilização de recursos ao longo do ciclo de vida, até atingirem um nível, que, pelo menos, respeite a capacidade de sustentação estimada para o planeta Terra (WBCSD, 2001).

Como resultado desse comitê criado na Rio 92, diversos países passaram a criar normas nacionais relativas à implementação de Sistemas de Gestão Ambiental nas empresas, como a britânica BS 7750, em 1992, e a francesa XF 30-200, em 1993, e posteriormente a International Organization for Standardization (ISO). A ISO estabelece um modelo básico de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), um conjunto de processos de gerenciamento que requer das empresas a identificação, a mensuração e o controle de seus impactos ambientais no meio ambiente em que operam, incluindo aspectos relacionados a ar, água, solo, flora, fauna e seres humanos (BANSAL, HUNTER, 2003).

A partir dos anos 90, a questão ambiental nas empresas passou a ultrapassar o contexto de regulações, presentes desde os anos 70 e 80. O que antes era externo aos objetivos das empresas, começa a ser relevado nos debates internacionais, incluindo a criação de modelos de gestão que passam a incorporar as questões socioambientais (HOFFMAN, 2001).

Em 2012, após vinte anos da Rio 92, foi realizada a conferência Rio +20, onde os temas centrais foram a economia verde, a erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. O documento gerado

após essa conferência admite que o atual modelo econômico é inadequado e não incorpora nos cálculos de consequências, os impactos da produção sobre o meio ambiente, mas ao invés de propor outras formas do ser humano se relacionar com a natureza, não envolvendo as ferramentas de “mercado”, a racionalidade economicista prevalece, como é o caso da economia ambiental ou verde (LANDER, 2011).

A economia ambiental ou economia verde surge com o propósito de explicar teoricamente a importância da problemática socioambiental na economia de mercado, além de buscar fórmulas que incluam nos cálculos econômicos tradicionais as chamadas externalidades⁴ negativas do sistema econômico. Tendo como base a economia neoclássica, busca-se propor ferramentas que levem à maior eficiência econômica, alocando da melhor forma os recursos naturais. Contudo, por possuírem características de bem público, ou seja, não sendo apropriados de forma privada ou dotados de preços, os recursos naturais não podem ser alocados eficientemente, provocando então a ocorrência de externalidades negativas. Como solução, faz-se necessário que o poluidor pague pelos danos causados ao meio ambiente, por meio de políticas públicas que internalizem os custos ambientais, mas em muitos casos é impossível precificar o valor da degradação, principalmente quando trazem riscos à vida⁵ (SOUZA, 2000, CAVALCANTI, 2010).

Esse ponto de vista é reconhecido como sustentabilidade fraca, já que a escola neoclássica que trata da questão ambiental enfatiza, em um primeiro momento, a eficiência alocativa e depois procura internalizar os custos ambientais. Na concepção da sustentabilidade fraca, os recursos naturais são valorados mediante seu potencial de transformação em bens e serviços comercializáveis no mercado. Já a sustentabilidade forte, os recursos naturais são valorados levando-se em consideração sua importância enquanto aos serviços ecossistêmicos complementares a atividade econômica (DENARDIN, 2001).

⁴ Uma externalidade ocorre quando o consumo ou a produção de um bem ou serviço por uma empresa tem efeitos positivos ou negativos para terceiros. A externalidade é positiva quando ela gera benefícios sociais para a sociedade, e negativa quando a empresa exporta seus custos privados e se apropria dos lucros gerados (CONSTANZA, *et al*, 2014)

⁵ Como o caso dos rompimentos de barragens de minérios em Mariana e Brumadinho, ocorridas no Brasil em 2015 e 2019, ambas no estado de Minas Gerais, envolvendo a perda de diversas vidas, contaminação de rios, patrimônios culturais, em suma, a devastação social, ecológica, cultural e espiritual, impossíveis de serem precificadas.

A ideia da sustentabilidade forte é demonstrada em uma série de estudos realizados por Constanza *et al* (2014), onde estimou-se que os serviços ecossistêmicos e o capital natural acumulado na biosfera seriam de aproximadamente US\$125 trilhões/ano, incluindo no cálculo perdas pelas mudanças no uso da terra no valor de US\$ 4.3 trilhões/ano desde 1997, quando foi realizado o primeiro estudo. Os autores apontam que valorar os serviços ecossistêmicos é diferente de privatizar ou transformá-la em *commodities* para as transações de mercado, já que muitos serviços ecossistêmicos são de bem público e uso comum, espaços em que as ferramentas de mercado são ineficientes.

Ao valorar a natureza, é visível a sua importância e sua magnitude em relação aos índices como o PIB (produto interno Bruto). Os serviços ecossistêmicos contribuem duas vezes mais do que o PIB para o bem-estar da humanidade. Essa valoração tem impacto direto na formulação de novas políticas públicas para a conservação e para a internalização desses serviços nas tomadas de decisão das organizações (CONSTANZA *et al*, 2014).

A economia ambiental é a base teórica do discurso ambiental adotado por instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Banco Mundial, que disseminam os instrumentos da economia ambiental (taxas ambientais, multas, licenças para poluir, subsídios, dentre outros) aplicando políticas públicas para o desenvolvimento sustentável baseadas no mercado (SOUZA, 2000).

A Agenda de Desenvolvimento Sustentável Pós-2015, ou Agenda 2030, corresponde a conjunto de programas, ações e diretrizes que orientam os trabalhos das Nações Unidas e de seus países membros rumo ao desenvolvimento sustentável, no qual os países compartilham a responsabilidade pelo bem comum global e comprometem-se com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Destaca-se que, dentre os objetivos, três estão imersos na dimensão econômica e propriamente relacionada ao atual modelo de economia. O objetivo 8: emprego digno e crescimento econômico; 9: indústria, inovação e infraestrutura; 12: consumo e produção sustentáveis (ODS, 2019).

Elkington (2018) aponta que o setor de sustentabilidade, ou seja, de práticas ambientalmente responsáveis tem gerado US\$ 1 bilhão em receitas no mundo desde os anos 90. Esse valor pode aumentar ainda mais com as empresas cumprindo a agenda Sustentável indicada pela ONU, sendo o valor estimado de

US\$ 12 trilhões por ano em receita até 2030. Elkington (2012) em 1994, ao cunhar o conceito de *Triple Bottom Line*, o tripé da sustentabilidade que envolve a busca pelo equilíbrio das ações das empresas entre pessoas, planeta e retorno econômico, tinha em vista que o conceito provocasse uma mudança no sistema econômico. O tripé não foi projetado apenas para ser uma ferramenta de melhoria da imagem das organizações. Para o autor, o sucesso ou fracasso das metas de sustentabilidade não pode ser medido apenas em termos de lucros ou de perdas financeiras (ELKINGTON, 2018). A prática do discurso da sustentabilidade, em sua grande maioria ainda se reduz a uma forma de preservar a imagem das empresas. Denominado como *greenwashing*⁶, uma forma de melhorar a imagem externa desfavorável, e não um compromisso real com a natureza, com as pessoas que nela trabalham e as que consomem seus produtos (FARIA, 2014).

Para que esse cenário se reverta, é essencial que as empresas passem a internalizar os problemas socioambientais, avaliando a questão da viabilidade econômica a nível macrossocial, levando-se em conta os custos ambientais e sociais, e não no nível microempresarial, na qual apenas a lucratividade é levada em conta (HOFFMAN, 2000; SACHS, 2007). Gladwin *et al* (1995), sugerem que para redirecionar e ressignificar as empresas para a sustentabilidade, necessita-se uma transformação nas lideranças, tanto por parte das empresas quanto por parte dos governos. Para o autor, essas lideranças terão que compartilhar as visões das empresas como socioambientalmente sustentáveis, criando culturas organizacionais que guiem e suportem as ações relacionadas ao meio ambiente para todos os envolvidos (*stakeholders*).

Diante das evidências de insustentabilidade, alternativas teóricas, como as propostas do ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, ganharam força e derivações nas discussões acadêmicas, bem como aplicadas em experiências empíricas. Constantemente, emergem novos conceitos e propostas que carregam com si traços do antigo paradigma⁷ para que ocorra a transição para novos contextos (SAMPAIO, 2018).

⁶ Greenwashing do inglês *Green* (verde) *Washing* (lavagem) ou na tradução livre “lavagem verde”, “maquiagem verde”, é atribuído à falsa informação disseminada por empresas, governos, organizações do terceiro setor, apresentando uma imagem pública de responsabilidade ambiental.

⁷Para Boff (2015) Paradigma “é o conjunto articulado de visões da realidade, de valores, de tradições, de hábitos, de ideias, de sonhos, de modos de produção e consumo, de saberes, de ciências, de expressões culturais e estéticas e de caminhos ético-espirituais” (p.76).

Sugerindo a ideia de sistemas socioambientais complexos, a ecossocioeconomia das organizações está voltada a uma nova ação social, norteada não só pela racionalidade economicista, mas por uma racionalidade mais valorativa nas tomadas de decisão no que tange a questão socioambiental intra e interorganizacional (SAMPAIO, 2010).

2.3 ECOSSOCIOECONOMIA DAS ORGANIZAÇÕES

A ideia do termo ecossocioeconomia é derivado da obra de Kapp (1950)⁸, precursora em tratar os custos socioambientais das empresas. As externalidades, como são denominadas pela economia neoclássica. A ecossocioeconomia é considerada um campo de estudo em construção, imbricado na discussão sobre o ecodesenvolvimento. O que diferencia os conceitos é sua aplicação. Enquanto o ecodesenvolvimento privilegia o enfoque epistemológico-teórico, a ecossocioeconomia enfatiza o enfoque metodológico-empírico, partindo das experimentações e da complexidade do cotidiano (SAMPAIO, 2018). A ecossocioeconomia não busca ser uma nova base conceitual para se pensar outro modo de vida, como sugere o ecodesenvolvimento. Todavia, buscar no mundo da vida, nas comunidades, nas organizações, onde os problemas e as soluções acontecem e raramente são devidamente qualificados, alternativas plausíveis às problemáticas ambientais, sociais e econômicas, especialmente em nível territorial. Por isso, torna-se um campo de estudo em contínua construção, tendo em vista que cada experiência pode apresentar suas próprias singularidades (SAMPAIO *et al.*, 2008).

As ecossocioeconomias, podem ser entendidas como alternativas, ou seja, múltiplas alternativas ao atual paradigma dominante. Ainda que o conceito de Santos (2005) esteja mais correlacionado a movimentos de resistência ao sistema capitalista, as ecossocioeconomias se constituem também como contramovimento, já que muitas incluem em seus princípios valores não só econômicos, que

⁸ O termo foi cunhado por Karl William Kapp, economista de origem alemã e um dos precursores do debate ecológico-político no cenário europeu dos anos 1970, em seu livro *The social costs of private enterprises*, onde criticava a estrutura da economia de mercado moderna por privatizar os lucros de curto prazo e socializar custos socioambientais de médio e longo prazo (VIEIRA, 2009; SAMPAIO, 2010).

promovem a igualdade, solidariedade e o respeito à natureza, dificultando a reprodução e hegemonia do atual paradigma vigente (SANTOS 2005; SAMPAIO, 2010).

Como desdobramento para pensar as organizações, Sampaio (2010) sugere a ecossocioeconomia das organizações, pautada em três princípios: a viabilidade **interorganizacional**; a efetividade **extraorganizacional** para o território, além de relevar a chamada **extrarracionalidade** nos processos de tomada de decisão aos grupos organizados ou quase organizados que promovem mudanças para se pensar em novas economias.

- a) A ação interorganizacional é resultado quando processos de tomada de decisão relevam consequências de tais atos sobre o território. Deste modo, o processo de **tomada de decisão organizacional, considera a participação direta ou indireta dos atores sociais**, que vão sofrer as consequências de tais atos como sua principal estratégia, ocorrendo uma interação interorganizacional entre a organização e seu entorno extraorganizacional;
- b) A ação interorganizacional está atrelada à extraorganizacional. Na gestão extraorganizacional, **deve-se relevar a gestão de risco socioambiental quanto ao território**, redirecionando os processos de produção de modo que possam superar o mero cálculo de (meios-fins), que privilegia apenas a dimensão econômica;
- c) Operacionalizando estes dois princípios da ecossocioeconomia nas organizações, sugere-se a extrarracionalidade, **conduzida pelo cálculo de consequências societárias**, privilegiando as dimensões social, econômica, ecológica, culturais e espaciais para evitar os equívocos provocados por um modelo de gestão que privilegia apenas critérios intraorganizacionais (para dentro da organização).

Para Sampaio (2010), um processo de tomada de decisão organizacional pode ser conduzido a partir da interação de três variações sócioindividuais, denominadas por comportamento, autodeterminação e subjetividade. O comportamento se manifesta em começar pela racionalidade utilitarista econômica, em que a razão econômica prevalece em todas tomadas de decisão sem se importar com os impactos que as atividades organizacionais podem gerar. A autodeterminação se manifesta a partir da combinação entre atuar de forma ética, e moral, e ao mesmo tempo visando o alcance dos resultados econômicos. A subjetividade se manifesta

diante da predominância da racionalidade com critérios econômicos, por ser de difícil valorização racional, se manifesta no agir das pessoas, na sensibilidade quanto ao entorno (SOUTO-MAIOR, 1988; SAMPAIO, 2010).

A ecossocioeconomia chama atenção às limitações da ação baseada puramente na racionalidade econômica, ampliando a perspectiva de análise de tomada de decisão de curto para médio e longo prazo, inseridas nos modelos de gestão empresarial que acabam replicadas, com devidas adaptações no setor público e no chamado terceiro setor, como se fossem organizações com características de propriedade e finalidade semelhantes. As esferas do Estado, mercado e sociedade civil, mesmo que ainda possuam ambiguidades quanto ao caráter público do problema, ora se complementando, ora se interpondo, devem ser vistas como potenciais criadores que enriquecem o processo de negociação (SAMPALIO, 2010).

Etzioni (2000) aponta que o equilíbrio entre o tripé: Estado, Mercado e Sociedade Civil ocorre quando as partes não ultrapassem suas funções, ao assegurar que nenhuma usurpe a tarefa que outro pode realizar melhor. Não visualizar o Estado como o problema ou a solução, mas sim regulando o mercado e cuidando de serviços essenciais (defesa, segurança, saúde e proteção ambiental). O mesmo se aplica ao Mercado, não como a esfera que promove todo o bem ou todo o mal da sociedade senão como uma estrutura econômica capaz de trabalhar em prol dos seres humanos, como aponta Smith & Max-Neef (2011) “a economia é para servir as pessoas e não as pessoas a economia” (p.139).

Em vista disso, os princípios da ecossocioeconomia das organizações possibilita diferenciar experiências empíricas, que questionam os modelos já existentes, atuando de forma transversal diante dos setores institucionais, engajadas na transição global para a sustentabilidade, na busca de economias mais inclusivas, e a exigência mundial pela ética nas transações de mercado.

2.4 TRANSITORIEDADE PARA NOVAS ECONOMIAS

A transição para sociedades mais sustentáveis implica em transformações na vida econômica da sociedade contemporânea, o paradigma econômico dominante, baseado no crescimento econômico a qualquer custo, promove o consumismo como a chave para que as necessidades humanas sejam atendidas. É visível assim, que

no contexto de um planeta com recursos finitos, a necessidade de redefinir as estratégias, não se pode manter a perspectiva de crescimento econômico constante, mesmo com ganhos em eficiência energética e no uso de matérias-primas (ecoeficiência). É preciso avançar para uma nova economia baseada efetivamente na finitude dos recursos, com base em práticas que enfatizam a resolução de problemas socioambientais, por respostas que geram uma lógica ecossistêmica regeneradora (SMITH, NEEF, 2011; ABRAMOVAY, 2012; JACOBI, 2017).

Nesse sentido as empresas são cada vez mais demandadas a repensar suas lógicas, tanto as produtivas como em relação às comunidades (JACOBI, 2017). Entendido como setor privado com fins lucrativos, em que o eixo central é a criação de retornos econômicos para os seus proprietários (*shareholders*), sem relevar o entorno (*stakeholders*) e a natureza, demonstra que a racionalidade puramente econômica é insuficiente diante das complexas problemáticas socioambientais. Com a incorporação da responsabilidade social e o conceito de desenvolvimento sustentável no meio empresarial o setor privado passa a evidenciar uma preocupação e um avanço significativo na criação de novos modelos de negócios.

Uma pluralidade de conceitos e definições tem emergido, tanto no debate acadêmico quanto do cenário empresarial, visando estabelecer novos modelos de negócio mais éticos e transparentes. Tendo como desafio reconstruir a relação entre sociedade e natureza, economia e ética, embutir nos processos da produção e da distribuição a capacidade de criar bens úteis e relevantes para os indivíduos, as comunidades e os territórios com os quais as empresas responsáveis por essa criação se relacionam, expondo de maneira transparente os processos organizacionais (ABRAMOVAY, 2012; CHAVES, MONZÓN, 2012).

Ao contrário de práticas de responsabilidade social pontuais ou da ecoeficiência, em que o foco principal é reduzir os impactos socioambientais das empresas, muitas vezes atrelados a cumprimentos de legislações, redução de custos ou melhoria da imagem da empresa, as organizações híbridas através de suas práticas, produtos e serviços, combinam objetivos sociais e econômicos, utilizando da esfera do mercado. Atuam além do limite setores lucrativos/sem fins lucrativos, ao conciliarem eficiência, inovação e recursos do modelo tradicional, voltado ao retorno econômico, com os valores e missão de uma organização sem fins lucrativos (ALTER, 2007; BATTILANA & DORADO 2010; HAIGH, HOFFMAN, 2012).

Essa convergência desde as organizações de interesse privado que direcionam seu propósito para solucionar problemas socioambientais, até organizações de interesse público, particularmente as organizações sem fins lucrativos. Podemos mencionar algumas denominações como: inovação social, quarto setor, empresas B, economia do bem comum, economia colaborativa, economia circular, negócios socioambientais, economia solidaria, dentre diversas outras (CHAVES, MONZÓN, 2018). Cada qual com sua particularidade, mas no contexto geral são reconhecidas como organizações *for benefits* (para benefícios), ao contrário do setor privado *for profits* (somente para retornos econômicos), pois incluem no seu propósito não só a dimensão econômica, mas buscam gerar valor socioambiental, propiciando na formação de práticas híbridas (HAIGH, HOFFMAN, 2012). O problema é que pouco se faz para compreender esses modelos, sendo necessário realizar um esforço para qualifica-los (STIGLITZ, 2009)

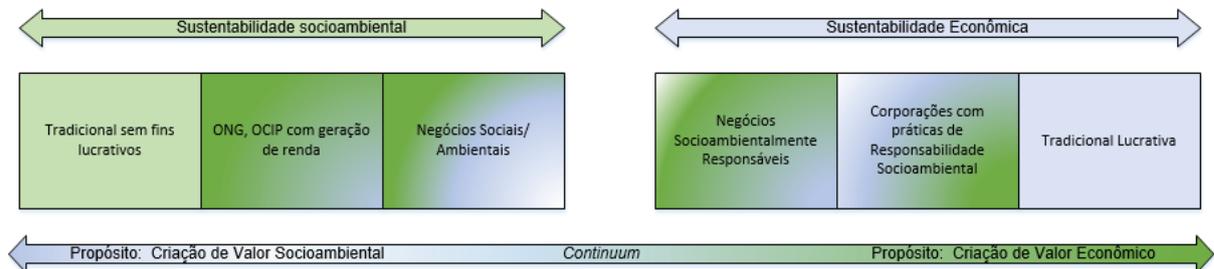
Diante da pluralidade dessas denominações, Chaves e Monzón (2018) estabeleceram três grupos para qualificá-los. O primeiro grupo refere-se a noções ligadas aos principais desafios e transformação do atual paradigma econômico, respectivamente inovação, desenvolvimento tecnológico e ambiental. Estão inclusos os conceitos de inovação social, economia colaborativa, economia circular. O segundo grupo, as noções de responsabilidade social e economia do bem comum, relacionados à reorientação dos objetivos das economias e organizações, ao estabelecer novos mecanismos de avaliação de desempenho e incentivo econômico socioambiental a nível macro e micro. E por fim, o grupo três, as noções ligadas a novos formatos de empresas e práticas econômicas, como as empresas/negócios socioambientais, empresas B, quarto setor e economia solidaria.

Ao distinguir esses novos conceitos, apenas classificar como e em quais fronteiras dos setores institucionais público, privado tradicional e terceiro setor elas atuam, bem como sua orientação em relação a fins lucrativos ou não, pode inibir suas principais características diante dos modelos convencionais. Isso ocorre aparentemente pelo fato de que essas organizações atuam de forma transversal aos três setores, propondo alternativas a problemas socioambientais em que os setores atuam de forma conjunta, tal como a conservação da biodiversidade, o uso de energias alternativas, o consumo consciente, promoção da educação, emprego digno e acesso aos serviços públicos (ABRAMOVAY *et al.*, 2015; CHAVES, MONZÓN, 2018).

2.4.1 Organizações Híbridas

Ao contrário de práticas de responsabilidade social pontuais ou da ecoeficiência, em que o foco principal é reduzir os impactos socioambientais das empresas, muitas vezes atrelados a cumprimentos de legislações, redução de custos ou melhoria da imagem da empresa, as organizações híbridas através de suas práticas, produtos e serviços, combinam objetivos sociais e econômicos, utilizando da esfera do mercado. Atuam além do limite setores lucrativos/sem fins lucrativos, ao conciliarem eficiência, inovação e recursos do modelo tradicional, voltado ao retorno econômico, com os valores e missão não Governamentais (ONGs) e Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) que adotam estratégias mercadológicas para alcançar seus objetivos e manter a viabilidade econômica, são representadas na

FIGURA 1 – CONTINUUM GRAUS DE HIBRIDISMO



FONTE: Adaptado Alter (2007).

Como aponta Alter (2007), são duas formas distintas de organizações inseridas no *continuum* do híbridismo. O retorno econômico, ou seja, a divisão dos retornos entre os *shareholders* ainda é o propósito das corporações com práticas de RSE e negócios socioambientalmente responsáveis. Enquanto para as ONGs e OSCIPs o impacto socioambiental é o propósito primário, ao integrar métodos mercadológicos surgem os negócios socioambientais.

Os negócios socioambientais utilizam do empreendedorismo, inovação e ferramentas características dos negócios voltados ao retorno financeiro tendo em vista mitigar e reduzir problemas socioambientais. Os negócios socioambientalmente responsáveis são empresas voltadas para retorno lucrativo que operam com o duplo

objetivo de gerar retorno a partir de bens e serviços socioambientalmente responsáveis (ALTER, 2007).

Observa-se, então, dois tipos de modelos híbridos que realizam a transição dos setores. Por um lado, do setor sem fins lucrativos, os negócios socioambientais, e, por outro, do setor com fins lucrativos os negócios socioambientalmente responsáveis. Em alguns casos os negócios socioambientalmente responsáveis, podem ser considerados negócios sociais/ambientais, a exemplo de empresas instituídas por organizações sem fins lucrativos, criadas com o propósito de gerar recursos para prestar apoio à organização sem fins lucrativos e as causas que a mesma apoia (HAIGH *et al.*, 2015; ALTER, 2007).

A hibridez das empresas com propósito socioambiental é uma característica cada vez mais presente. As fronteiras que impunham os movimentos sociais de um lado e o mundo empresarial de outro, como no início das discussões referentes à problemática socioambiental vem tomando outra forma. Não significa uma perda dos propósitos e sim uma ampliação do horizonte de atuação das organizações. Essa tendência de hibridização demonstra cada vez mais que as empresas privadas necessitam incorporar as demandas socioambientais, pois as economias são compostas e criadas por relações sociais dentro de um sistema maior que sustenta tudo, a natureza (ABRAMOVAY, 2012).

Acompanhado do surgimento das organizações híbridas, emergem legislações com o propósito de viabilizar a atividade dessas organizações diante do funcionamento do mercado.

Nos Estados Unidos, a legislação das *Benefit Corporation* (Empresas Benéficas), permite a divisão dos retornos financeiros para o *shareholders* e ao mesmo tempo buscar construir benefício público. Para que isso ocorra, normalmente à empresa é avaliada por uma organização externa. Isto possibilita que a empresa realize suas atividades e amplie sua transparência, já que as *Benefit Corporations* devem disponibilizar ao público um relatório que detalha seu desempenho socioambiental. Tanto os diretores como os gestores da empresa são obrigados a considerar os efeitos das atividades da empresa em uma ampla gama de envolvidos, como acionistas, empregados, clientes, comunidade, natureza, os interesses a longo e curto prazo da empresa (CLARK, BABSON, 2012; JACOBI, 2017).

Ao mesmo tempo em que a demanda por produtos e serviços socioambientalmente responsáveis aumenta, a confiança do público nas empresas diminui. Isso ocorre pelo uso excessivo de termos como “verde,” “responsável”, “sustentável” entre outros, utilizados para descrever empresas e produtos, mas sem comprovação e transparência das suas origens (CLARK, BABSON, 2012). Sendo assim, quanto mais termos são utilizados menos sentido eles realmente fazem. Como resultado, a necessidade de certificações e relatórios de transparência se tornam essenciais para garantir a performance socioambiental das empresas. A exemplo, o movimento *B Corporation*, já mencionado, promovido pela organização não governamental *B Lab* nos Estados Unidos, representada pelo Sistema B na América latina.

A organização não governamental *B Lab* tem sido protagonista nesse movimento de certificação e apoio as *Benefit Corporation*. Desde 2008, a organização *B Lab* certificou 3.235 *B Corporations* em 71 países, envolvendo 150 setores de diferentes atuações. Vale ressaltar que *Benefits Corporation* e *B Corporation* (Empresas B) se diferem (FIGURA 2), *B Corporation* é a certificação outorgada pela organização sem fins lucrativos *B Lab*, enquanto as *Benefit Corporations* são entidades legais autorizadas pelo Estado e não requerem ser certificadas como *B Corporation* (B LAB, 2020).

FIGURA 2 – DIFERENÇA ENTRE B CORPORATION E BENEFIT CORPORATION

B Corporation: Certificação	Benefit Corporation
<ul style="list-style-type: none"> • Impacto avaliado pela ONG/Certificadora B Lab; • Disponível a qualquer empresa do Mundo; • Acesso a serviços de apoio da B Lab 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório de impacto socioambiental sem avaliação; • Não precisa ser certificada como B corporation; • Disponível em 35 estados dos USA.

FONTE: Adaptado de Comini, Fidelholc, Rodrigues (2014).

2.5 MOVIMENTO B CORPORATION

2.5.1 *B Corporation*

B Corporation ou Empresas B é um movimento empresarial emergente do século XXI. A letra B é referência na busca por “beneficiar” trabalhadores, comunidades e a natureza. São apontadas como empresas híbridas, resultado de um processo de convergência entre os setores que buscam usar instrumentos de mercado para oferecer bens ou serviços de interesse público (ABRAMOVAY, 2012; RODRIGUES, 2016; JACOBI, 2017).

Após a venda da empresa *Ben & Jerry's*, reconhecida por operar com uma gestão onde o impacto socioambiental e relações de trabalho eram critérios relevados nas tomadas de decisão, pela grande corporação Unilever, os empresários Jay Coen Gilbert, Bart Houlahan e Andrew Kassoy perceberam que os critérios de rendimento financeiro em comparação com outras ações voltadas para o socioambiental eram superiores nas questões legislativas. Isso fez com que os empreendedores buscassem alternativas para que as empresas com modelos alternativos pudessem ter um suporte para atuar no mercado. A estratégia de Coen, Houlahan e Kassoy foi criar uma organização sem fins lucrativos, chamada *B Lab* em 2006, para desenvolver nos Estados Unidos uma legislação própria para as *Benefit Corporation*, e criar uma comunidade de empresas certificadas, as *B Corporation* ou Empresas B (ABRAMOVAY, 2012; B LAB, 2018).

Para a *B Lab*, as problemáticas da sociedade não podem ser resolvidas somente pelos governos e organizações sem fins lucrativos. Posto isso, a proposta de formar uma comunidade de *B Corporations* é divulgada como parte de uma economia emergente que atue para o benefício de todos, não ser a melhor empresa do mundo, mas a melhor empresa para o mundo (B LAB, 2019).

Como forma de fortalecer essa iniciativa, o movimento B atua em três frentes principais: 1) legislação, que corresponde à criação de um novo formato de empresas privadas com propósito socioambiental, como as *Benefit Corporation* são denominadas nos Estados Unidos; 2) certificação, que tem o propósito de aumentar a comunidade de empresas B; 3) investimentos de impacto, no estímulo a um mercado de capitais apropriado a este específico grupo (WILBURN, WILBURN, 2014; ABRAMOVAY, 2012).

No ano de 2020 a B lab junto as Nações Unidas de impacto global lançaram a ferramenta Action Manager. Tendo como base a ferramenta de avaliação de impacto criada pelo B lab, a intenção é que essa solução de gerenciamento de impacto permita que as empresas em todo o mundo estabeleçam metas, acompanhem o progresso e permaneçam motivadas em suas ações em relação aos ODS (B LAB, 2020).

Algumas empresas do movimento B também se destacam, como o caso da empresa estadunidense Patagonia inc.⁹, marca de roupas e acessórios para esportes de aventura, criada em 1973. Em 1994, foi a primeira empresa dos Estados Unidos a vender casacos “sustentáveis”, feitos de material reciclável. A empresa ficou conhecida, após publicar anúncios nos grandes jornais dos Estados Unidos pedindo que as pessoas não comprassem seus produtos. A ideia da antipropaganda era mostrar que o consumo exagerado gerava impactos irreversíveis para o planeta

Dentre as ações socioambientais da Patagonia, além de doar parte de seus ganhos financeiros para ONGs, a empresa aceita roupas usadas de seus clientes como parte do pagamento por novos produtos. Segundo a empresa, 70% dos itens da Patagonia são feitos de materiais reciclados, índice considerado baixo pelo fundador Yvon Chouinard. A meta é chegar, até 2025, a 100% de materiais renováveis. Em 2019 a Patagonia recebeu o prêmio Campeã da Terra, honraria ambiental concedida pelas Nações Unidas. Todo algodão utilizado na confecção dos produtos é de procedência orgânica, sem a utilização de agrotóxicos. Em 2019, passou a investir na produção regenerativa. A produção regenerativa ocupa o mínimo espaço possível, reveza culturas e promove parcerias com comunidades locais na Índia, de forma que os trabalhadores possam se desenvolver com a empresa, e ao mesmo tempo contribuem para a manutenção da natureza (CILO, 2020).

2.5.2 Certificação B Corp

O processo de certificação de empresas B é dividido em etapas, começando pela avaliação do impacto socioambiental da empresa por meio da ferramenta online e gratuita *B Impact assessment* (BIA) ou Relatório de Impacto B no Brasil. A

⁹ <https://bcorporation.net/directory/patagonia-inc>

ferramenta BIA é de livre acesso, sendo utilizada por mais de 50.000 empresas no mundo inteiro que desejam mensurar e melhorar seu impacto socioambiental. Essa ferramenta se apresenta inovadora, pois como aponta o *B Lab*, o relatório não visa avaliar somente os produtos e serviços, mas, sim, toda a empresa, sua relação com a cadeia produtiva, comunidade e meio ambiente (B LAB, 2019).

O relatório é distribuído em cinco áreas de impacto operacionais, que mensura o impacto do dia a dia da empresa, com o objetivo de distinguir empresas de fato comprometidas com a responsabilidade socioambiental, daquelas que utilizam o tema apenas como estratégia mercadológica (*greenwashing*). Para modelos de empresas que já possuem o propósito de fornecer bens e serviços socioambientais, existe a possibilidade de mensurar o impacto do modelo. Por exemplo, se a empresa possui um sistema de gestão ambiental, que destina corretamente os resíduos gerados, encaixa-se na mensuração de impacto operacional. Caso o modelo de negócio da empresa seja a reciclagem de resíduos de produção, é possível mensurar o impacto do modelo de negócio no relatório (B LAB, 2019). O **Erro! Fonte de referência não encontrada.** resume o conteúdo abordado nas cinco áreas de impacto:

QUADRO 1– VISÃO GERAL DAS ÁREAS DE IMPACTO CONTIDAS NO FORMULÁRIO (BIA)

Governança Transparência	Trabalhadores	Comunidade	Meio Ambiente	Clientes
Avalia a missão geral da empresa, ética, prestação de contas e transparência. Também mensura se a empresa adotou uma missão social ou ambiental e como os funcionários, membros comunidade são engajados para alcançar os objetivos.	Avalia a relação da empresa com o quadro de funcionários. Relações de trabalho, ganhos, treinamentos, qualidade do ambiente de trabalho.	Avalia e mensura a relação da empresa com os fornecedores, envolvimento com a comunidade local, práticas, políticas, incluindo se o modelo de negócio é designado para solucionar problemas sociais.	Estima o desempenho ambiental da empresa, a partir das instalações, matérias primas, emissões, utilização e uso de energia, o impacto dos meios de transporte e distribuição. Também mensura os impactos no caso dos bens e serviços da empresa sejam direcionados a solucionar problemas ambientais.	Mensura o impacto dos produtos ou serviços oferecidos e se promovem benefício público, sendo acessível para toda a população. Essa seção também mensura se o produto ou serviço oferecido é direcionado para resolver problemas socioambientais.

FONTE: B LAB (2019).

Realizado o BIA, caso a empresa queira certificar-se é necessário obter uma pontuação mínima de 80 pontos para 200 possíveis. Após obter a pontuação mínima, é realizada uma revisão das respostas do formulário por meio de uma reunião com a *B Lab* via plataformas digitais, onde a empresa apresenta evidências comprobatórias das respostas dadas. Como forma de manter o padrão de qualidade, cerca de 10% das empresas, escolhidas aleatoriamente, que possuem o selo de empresa B recebem visitas da certificadora responsável (B LAB, 2019). Concluída a revisão e comprovação, a empresa deve firmar um acordo em que se comprometa a realizar a alteração do estatuto, incluindo o interesse dos *stakeholders* nas tomadas de decisão. Essa alteração vai de acordo com as leis do país no qual a empresa está inserida. A certificação é renovada a cada dois anos (B LAB, 2019).

Apesar de já existirem iniciativas de prestação de contas com métricas socioambientais, como o *Global Reporting Initiative*¹⁰ (GRI) ou o *Impact Reporting and Investment Standards*¹¹ (IRIS). A *B Lab* criou também o Relatório de Impacto Socioambiental *Global Impact Investment Rating System*¹² (GIIRS), um serviço de avaliação de impacto para investidores que buscam empresas com impacto socioambiental positivo. O GIIRS ocorre por meio da mesma avaliação de impacto utilizada na certificação das *B Corporations*, mas seu resultado se dá no formato de relatórios de impacto para investidores ou fundos de investimento (COMINI, FIDELHOLC, RODRIGUES, 2014). Esse tipo de investimento é relativamente novo, e tem como objetivo oferecer a possibilidade de unir retornos financeiros com impacto socioambiental, buscando investimentos além da filantropia clássica, e dos recursos públicos disponíveis (B LAB, 2019).

O movimento B atua em todo o mundo, presente na Europa continental, Reino Unido, Oceania, Taiwan e África Oriental. O que possibilitou a expansão do Movimento foi à parceria com organizações sem fins lucrativos, que passaram a representar a *B Lab* em outros países.

A expansão do movimento B para outros países iniciou a partir da parceira da ONG Sistema B, como sendo a representante da *B Lab* na América Latina. Desde sua criação em 2012, com sede no Chile, o Sistema B já atua em grande parte da

¹⁰ <https://www.globalreporting.org>.

¹¹ <https://iris.thegiin.org/>

¹² <https://b-analytics.net/giirs-funds>

América Latina, sendo um total de 540 empresas certificadas. O sistema B tem como objetivo aumentar o número de empresas B, prestar apoio visando aumentar seu valor econômico e socioambiental e impulsionar a comunidade B através de políticas públicas, marcos regulatórios, investigação e divulgação das pesquisas por meio da base de dados Academia B e sensibilização de cidadãos e consumidores. A certificação e o selo de empresa B ainda são fornecidos pela da B Lab, em 2016 o Sistema B foi registrado como uma OSCIP no Brasil (SISTEMA B, 2019)

As principais discussões relacionadas ao movimento *B Corporation* ainda estão relacionadas com a legitimidade do movimento. Rodrigues (2016), em seu estudo sobre Movimento B no Brasil, identificou que a *B Lab* e o sistema B possuem os mesmos desafios das empresas híbridas e podem até se caracterizar como uma delas, já que para atingir seus objetivos socioambientais precisam alcançar a viabilidade econômica. Contudo no site da B Lab Estados Unidos, o modelo de negócio é apresentado como sendo um híbrido entre filantropia e ganhos provindos dos serviços de certificação, desde 2006 a empresa já arrecadou cerca de 32 milhões em recursos de origem filantrópica. Nos últimos anos, a receita da B Lab aumentou para mais de 50% provindo dos serviços de certificação, o orçamento operacional de 12 milhões em 2019 (Figura 3), demonstra que a organização está cada vez mais autônoma financeiramente, permitindo que a receita filantrópica se concentrasse em novas inovações e investimentos na construção de uma nova economia inclusiva. A B Lab tem como objetivo ser 80% sustentada pelos ganhos dos serviços de certificação, sendo direcionada a apoiar o desenvolvimento de programas à frente do mercado (B LAB, 2019). Tendo a certificação como meio para gerar renda, é essencial a precaução para não inserir empresas que descaracterizem o movimento e manter legitimidade do discurso que o movimento emprega de “trabalhar por uma economia onde o êxito se mensura pelo bem estar das pessoas, das sociedades e da natureza” (SISTEMA B, 2019).

FIGURA 3– ORIGEM RECEITA B LAB



Fonte: B LAB (2019).

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

A partir da discussão apresentada sobre a predominância da racionalidade econômica nas empresas e seus impactos na sociedade e no meio ambiente, enfatiza-se a importância das empresas incorporarem em seu modelo de negócio e nos processos de tomada de decisão uma preocupação coletiva, que induza o surgimento de dinâmicas ecossocioeconômicas que gerem soluções para os problemas socioambientais.

Com a intenção de atingir o objetivo proposto, de compreender como as empresas com propósito socioambiental podem representar transitoriedade para novas economias, apresenta-se as escolhas metodológicas. Esta pesquisa se caracteriza como exploratória-descritiva de natureza qualitativa, utilizando os métodos de pesquisa bibliográfica-documental para atender ao objetivo específico de compreender o que pode vir a ser as novas economias com propósito socioambiental.

Para atender ao objetivo específico de analisar empresas com propósito socioambiental do Sistema B, com base na perspectiva da ecossocioeconomia das organizações, foi necessário compreender como os processos organizacionais foram estruturados ao se certificar como uma Empresa B, para isso foi aplicado um questionário utilizando a ferramenta *Google Forms*, e realizada a análise de conteúdo do relatório BIA. Possibilitou o tratamento e classificação dos dados, analisando as empresas com propósito socioambiental do Sistema B com base nas premissas da ecossocioeconomia das organizações.

3.1.1 População e Amostra

A amostragem para a pesquisa foi definida tomando como base as empresas certificadas no Sistema B do Brasil com uma diversidade de portes - de micro¹³ a

¹³ A principal diferença dos tipos de porte de empresa está relacionada ao faturamento anual, sendo: Micro empresa: faturamento anual menor ou igual a faturamento anual (receita bruta) igual ou

grandes empresas, atuando em distintas áreas que não necessariamente a socioambiental. Dentre as 125¹⁴ certificadas, foram pré-selecionadas 22 empresas que fornecem em seu modelo de negócio bens e/ou serviços com propósito socioambiental. Das 22 pré selecionadas, 5 se disponibilizaram a participar da pesquisa ao fornecer o relatório BIA.

3.1.2 Delineamento e Etapas da Pesquisa

A **primeira etapa** de pesquisa foi de cunho exploratório, como forma de proporcionar maior familiaridade com o problema, tendo o principal objetivo o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições (GIL, 2009). Utilizando como técnica a revisão bibliográfica-documental, essa etapa teórica possibilitou compreender as características dos modelos emergentes de empresas privadas com finalidade socioambiental.

Inserida também na **primeira etapa**, foi realizada uma pesquisa de cunho descritivo, com o objetivo primordial a descrição das características de determinada população, juntamente com a pesquisa exploratória, tendo como base a revisão bibliográfica-documental, os quais possibilitaram o recorte da pesquisa: o Movimento *B Corporation*. Os dados foram levantados utilizando a Plataforma de Periódicos da CAPES, *Google Scholar* e a Plataforma *Academia B*¹⁵, uma base de dados onde é possível acessar os estudos sobre o Movimento *B Corporation* de todo o mundo.

A **segunda etapa** teve como objetivo selecionar dentre as 125 empresas do Sistema B no Brasil as que possuíssem em seu modelo de negócio a produção de bens ou/e serviços socioambientais, cujo, os critérios de seleção foram estabelecidos com base no referencial teórico relacionado a organizações híbridas.

Critério 1: O negócio expressa de maneira clara a sua intencionalidade (missão/propósito) de gerar impacto socioambiental positivo;

Critério 2: A atividade principal do negócio traz uma solução para um problema socioambiental, sendo essa solução um dos motivos que justificam a

inferior a R\$ 360.000,00; Pequenas empresas: faturamento anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00; Empresa de médio porte: renda anual maior que R\$ 4,8 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões; Empresa de grande porte: receita operacional bruta anual ou renda anual maior que R\$ 300 milhões (SEBRAE, 2019).

¹⁴ Número de empresas referente ao período do levantamento de dados da pesquisa no ano de 2019.

¹⁵ <https://bimpactassessment.net/>

existência do negócio (não é uma ação pontual de responsabilidade social e/ou ambiental);

Critério 3: O negócio opera no mercado buscando autonomia financeira, ou seja, gera receita própria por meio da venda de produtos e/ou serviços, independentemente do seu formato jurídico.

Os dados foram levantados nos seguintes meios de comunicação:

- a) Sistema B.org (português): Descrição geral da empresa;
- b) *Bcorporation.net* (inglês): Descrição geral da empresa; Ano de certificação; setor de atuação declarado; Cidade; Pontuação BIA; Outras informações relevantes para o estudo.
- c) Site institucional da empresa: Missão; Produtos e serviços; Presença do selo B corp; outras informações relevantes para o estudo.

A **terceira etapa** consistiu na análise de conteúdo do relatório *B Impact Assesment*¹⁶ (BIA) das 22 Empresas B pré-selecionadas na **segunda etapa**. A análise de conteúdo é realizada através do desmembramento do texto em categorias de descrição do conteúdo, por meio de indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. Para classificar os elementos em categorias é preciso identificar o que eles têm em comum, permitindo seu agrupamento. Este tipo de classificação é chamado de análise categorial. Buscar, no texto uma série de significações que o codificador detecta por meio dos indicadores (BARDIN, 2004).

O texto a ser analisado, o relatório de impacto BIA, provém da realização de um questionário (QUADRO 1, p. 44) dividido nas seguintes seções: Governança, Trabalhadores, Comunidade, Meio ambiente e Clientes. Os questionários foram solicitados via email no período de maio a novembro de 2019 a partir do contato via telefone e email, disponível no site Sistema.org. Somente 5 empresas dentre as 22 pré-selecionadas retornaram ao pesquisador com os dados, (CASA DO FUTURO, COURRI, FAZENDA DA TOCA, MEU COPO ECO e OKENA) disponibilizando o questionário e aprovando o uso dos dados para fins científicos (APÊNDICE 1).

¹⁶ <http://academiab.org/>

As respostas descritivas, contidas no questionário BIA, foram à base de dados secundários categorizados na matriz de análise de experiências em ecossocioeconomia das organizações da **quarta etapa**.

- a) O primeiro é a pré-análise, quando se procede à escolha dos documentos, à formulação da problemática e à preparação do material para análise;
- b) O segundo é a exploração do material que envolve a escolha das unidades, a enumeração e a classificação;
- c) O terceiro, por fim, é constituído pelo tratamento, inferência e interpretação dos dados.

Realizado os itens **a** e **b** da etapa da análise de conteúdo, a **quarta etapa** consistiu como indicado no item **c** no tratamento dos dados de acordo com a matriz analítica de experiências em ecossocioeconomias das organizações.

A matriz analítica (QUADRO 2) foi elaborada tendo como referência a perspectiva da ecossocioeconomia das organizações, com o objetivo de analisar as Empresas B certificadas no Brasil, e levantar características da transitoriedade para novas economias. As respostas das seções nos questionários BIA por serem processos organizacionais foram alocadas como ações de pressupostos interorganizacional, extraorganizacional e uma possível extrarracionalidade. A extrarracionalidade não será utilizada, por ser um conhecimento tácito, não se apresenta no conteúdo do relatório BIA ou nos canais de comunicação, ou seja, no formato de texto. O que sugere a interpretação por parte do pesquisador da existência de uma possível extrarracionalidade, tendo como referência o cumprimento das ações inter e extraorganizacionais, pois ambas implicam também racionalidade coletiva, ainda que esta seja um componente da extrarracionalidade, mas não determinante. Portanto, para afirmar tal ocorrência é necessário vivenciá-la para reconhecer os códigos que lhe são implícitos (SAMPAIO, 2010).

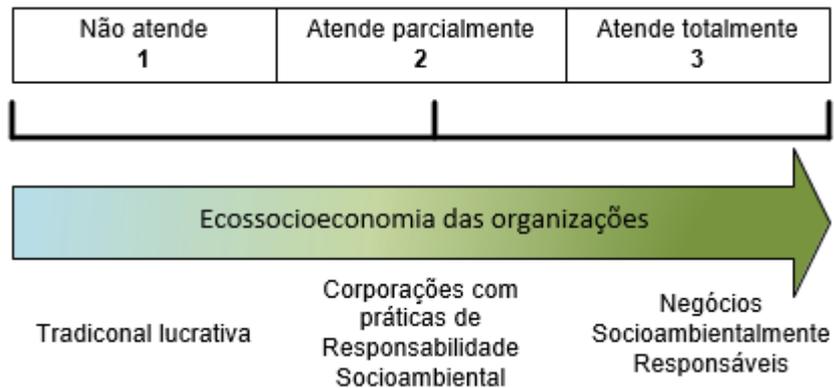
Sendo assim, essa alocação permitiu identificar elementos do texto para compreender se a tomada de decisão dos processos organizacionais das empresas parte da:

- a) Ação interorganizacional que releva nos processos organizacionais **a gestão de risco socioambiental quanto ao território, e considera a participação direta ou indireta dos atores sociais** que vão sofrer impactos de sua ação;
- b) Como resultado decorrente da gestão interorganizacional, ocorre à ação extraorganizacional, no sentido de incorporarem a necessidade de responder às **demandas procedentes do território onde está instalada**;
- c) Uma perspectiva extrarracional, trazendo justificativas que não se baseiam meramente na **racionalidade econômica individual, mas preocupações socioambientais coletivas** (SAMPAIO, 2010).

O fato de somente cinco empresas terem enviado os questionários BIA e respondido o questionário de processos organizacionais, não influenciou nos resultados esperados (QUADRO 2). Constatou-se que, não eram mais necessários elementos para subsidiar a teorização, correspondendo ao que se designa como saturação teórica. Com base nos dados empíricos disponíveis e nos atributos analíticos, a coleta de novos dados por meio de novas entrevistas acrescentaria supostamente poucos elementos para discussão em relação à densidade teórica já obtida (FONTANELLA, 2011).

Como forma de mensurar o hibridismo das empresas e trazer mais consistência para a análise dos processos organizacionais em relação a perspectiva da ecossocioeconomia das organizações, foi elaborada uma escala de ações (FIGURA 4). A escala foi definida em 3 níveis, (3) Atende as três premissas; (2) Atende parcialmente as premissas; (1) não atende nenhuma. Sendo que, do nível 1 para o nível 3 ela está em processo de hibridismo, como aponta Alter (2007), da empresa tradicional lucrativa, passando por corporações com práticas de responsabilidade socioambiental em direção aos negócios socioambientalmente responsáveis.

FIGURA 4– ESCALA DE AÇÃO



FONTE: O autor (2019)

QUADRO 2 – MATRIZ ANALÍTICA DE EXPERIÊNCIAS EM ECOSSOCIOECONOMIAS

Ecosocioeconomia das organizações X Processos organizacionais (BIA)	Ação Interorganizacional	Ação Extraorganizacional	Pontos na escala
Governança			
Trabalhadores			
Comunidade			
Meio Ambiente			
Clientes			

FONTE: O autor (2019).

QUADRO 3– MATRIZ METODOLOGICA DA PESQUISA

QUESTÃO DE PESQUISA: Como iniciativas com propósito socioambiental que atuam no mercado, podem representar transitoriedade para novas economias, a partir da perspectiva da ecossocioeconomia das organizações?				
OBJETIVO GERAL: Compreender como iniciativas com propósito socioambiental que atuam no mercado, como as Empresas B, podem representar transitoriedade para pensar novas economias, a partir da perspectiva da ecossocioeconomia das organizações.				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CATEGORIAS		COLETA DE DADOS	
	Analíticas	Operativas	Primárias	Secundárias
Caracterizar o que pode vir a ser denominado como as novas economias diante da prevalência do atual modelo econômico;	Novas Economias	Novas economias (ABRAMOVAY, 2012, 2015; CHAVÉS, MONZON, 2018); Organizações Híbridas (ALTER, 2007; HOFFMAN, HAIGH, 2012)	-	Bibliográfica-documental (GIL, 2008).
Analisar empresas com propósito socioambiental do Sistema B, com base nos princípios da ecossocioeconomia das organizações	Empresas com propósito socioambiental do Sistema B	<i>Continuum</i> Híbrido (ALTER, 2007). Ecossocioeconomia das organizações (SAMPAIO, 2010);	Matriz de análise de experiências em ecossocioeconomias. (QUADRO 3); Escala de Ações; (FIGURA 3).	Relatórios <i>B impact assessment</i> (BIA).

FONTE: O autor (2019).

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

3.2 EMPRESAS SELECIONADAS PARA O ESTUDO

Com a realização da segunda etapa metodológica, foram pré-selecionadas 22 empresas, após o retorno da solicitação dos dados para a pesquisa foram selecionadas 5 empresas. O quadro a seguir descreve as empresas selecionadas, indicando os critérios, pontuação geral no BIA e setor de atuação. Todas as empresas operam pela lógica de mercado e geram retornos financeiros a partir da venda de bens e/ou serviços com o propósito socioambiental em seu modelo de negócio (QUADRO 4).

QUADRO 4– EMPRESAS SELECIONADAS PARA O ESTUDO

EMPRESA	CRITÉRIO 1 (MISSÃO)	CRITÉRIO 2 (MODELO DE IMPACTO)	PONTUAÇÃO GERAL (BIA)	SETOR
AMATA	“Disponibilizar madeira certificada, produzida com responsabilidade socioambiental e garantia de origem”.	A madeira AMATA vem de florestas plantadas de espécies nativas, eucalipto e pinus e do manejo de baixo impacto.	90.5	Agricultura
AMMA CHOCOLATE	“Fazer chocolate, cuidando de pessoas e do meio em que elas vivem”.	Preservar e reflorestar a Mata Atlântica do Sul da Bahia, promovendo a recuperação socioeconômica da região.	91.4	Agricultura
ARUEIRA	“Soluções efetivas para os problemas causados pela falta de uma gestão adequada para os resíduos”.	Inverte a cadeia do lixo, transformando material em insumos para a indústria da reciclagem e o resíduo orgânico em adubo para implantação de hortas urbanas	91.5	Gestão de resíduos

BOOMERA	“Transformar resíduos em matéria prima novamente através de engenharia circular e Logística reversa”.	CircularPack® é a metodologia proprietária da Boomera que transforma o lixo em uma linha de produtos com causa, através de tecnologia, design e cooperativas de catadores, inserindo as empresas na Economia Circular	96.1	Manufatura
CASA DO FUTURO	“Desenvolver trabalhos com excelência profissional, buscando elevar os padrões de qualidade, eficiência, sustentabilidade e lucratividade da construção civil brasileira”.	Serviços de consultoria para construções sustentáveis através das Certificações LEED®, AQUA, PBE Edifica e Qualiverde.	85.2	Consultoria
COMBIO ENERGIA	“Prover soluções de geração de energia com fontes renováveis, criando valor econômico crescente e de longo prazo”.	A COMBIO substitui combustíveis fósseis por biomassa em clientes do segmento industrial, reduzindo assim suas emissões de CO2 e permitindo o reaproveitamento de resíduos como combustível	94.1	Energias Renováveis
COURRI	“Logística urbana expressa que utiliza bicicletas e outros modais sustentáveis como meio de transporte”.	Entregas sustentáveis, contratação de minorias (cadeirantes, ex-detentos) e pessoas em extrema pobreza.	120.4	Serviço de entrega

DA TERRA COFFE	“A Da terra busca, provar que é possível aliar, produção de qualidade em escala, com sustentabilidade ambiental, social e financeira”.	A Da terra é uma fazenda planejada para oferecer cafés especiais com base em práticas sustentáveis. Fundada em princípios de pesquisa e comprometida com a inovação contínua para mitigar o impacto negativo da agricultura e promover a preservação da terra.	97.5	Agricultura
ECYLE	“O compromisso da eCycle é desenvolver e disseminar conteúdos, serviços e produtos ecologicamente sustentáveis que contribuam para aumentar a conscientização dos consumidores”.	Por meio de redes digitais, a eCycle conseguiu articular com sucesso, em benefício do crescente público que atinge, diversas partes interessadas no segmento de sustentabilidade, como cidadãos, cooperativas, centros de reciclagem, fabricantes, varejistas, ONGs e muitos outros.	83.9	Comunicação
FAZENDA TOCA	“A fazenda da Toca é um local de experiência e experimentação com agricultura sustentável que convida seus visitantes a pensar e viver de forma mais orgânica”.	A toca desenvolve um modelo de produção orgânica regenerativa capaz de causar uma série de impactos positivos, como promoção da biodiversidade, melhora em indicadores ambientais.	146.2	Agricultura
INSECTA/BARBAR A MINTTIVY	“Somos uma marca de sapatos e acessórios veganos e ecológicos feitos no Brasil. Queremos polinizar o mundo com cor e consciência. Buscamos fazer produtos com impacto visual, social e ambiental”.	Upcycling com o objetivo de transformar o que iria pro lixo em sapatos e acessórios. Garrafas PET, roupas de brechó, algodão reciclado, cinto de segurança, guarda-chuva, etc.	81.5	Atacado Varejo
JUÇAI/ CIANO ALIMENTOS SUSTENTÁVEIS LTDA	“Nossa cadeia de produção combina trabalho manual com inovação, sendo sustentável em todas as suas etapas: da plantação à venda, passando pela colheita, produção e pós-venda”.	Modelo de produção atual pode conciliar: respeito ao meio ambiente, incentivos às culturas locais e consumo justo de matérias-primas produzidas pela família de pequenos agricultores e buscar na natureza soluções para um melhor a cada dia alimentos para o nosso consumidor.	97.0	Manufatura
MATERIABRASIL	“Desenvolver e compartilhar informações sobre materiais, soluções, produtos e serviços focados em consumo consciente, economia circular e colaborativa”.	Consultorias e projetos em diversos setores, usando o design como ferramenta de inovação e de desenvolvimento de novas soluções em materiais, produtos, processos e na gestão de materiais e pessoas.	81.1	Consultoria
MEU COPO ECO	“Meu copo Eco tem como missão substituir os descartáveis e contribuir para uma nova cultura de consumo acessível a todos”.	Através do uso do copoeco reutilizável nos mais diversos ambientes, evitamos o descarte precoce do plástico, substituindo o descartável por um material nobre e durável.	86.3	Atacado/Varejo

<p>OKENA SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA</p>	<p>“A Okena está empenhada em fazer parte desta chamada economia circular, contribuindo para esta mudança de paradigma, fazendo o esforço em direção à mudança e mentalidade cultural e sistêmica da sociedade”.</p>	<p>A Okena Serviços Ambientais Ltda, em sua principal atividade econômica é o tratamento de efluentes industriais de empresas que não possuem recursos para realizarem internamente.</p>	<p>117.8</p>	<p>Manufatura</p>
<p>PAPEL SEMENTE IND E COMERCIO LTDA</p>	<p>“Desenvolver produtos com responsabilidade socioambiental que despertem alegria e encantamento e incentivem o consumo consciente na sociedade. A Papel Semente busca difundir o uso do seu papel ecológico e artesanal como instrumento na comunicação corporativa e familiar”.</p>	<p>A empresa produz um papel artesanal, ecológico e reciclado que recebe sementes de flores, hortaliças e temperos durante seu processo de fabricação.</p>	<p>120</p>	<p>Manufatura</p>

POSITIVA HOLDING LTDA	“A positiva surge com o objetivo de promover o bem-estar das pessoas e a preservação e melhoria do meio ambiente, através de produtos de limpeza ecológicos e serviços em solução ambiental, com base na economia circular, nos conceitos da permacultura e da ação Oceano Limpo”.	Linha de produtos inclui pessoas que estão em condições de vulnerabilidade social e pequenos produtores na cadeia de produção e regenera o meio ambiente.	91.3	Soluções Ambientais
REICLADORA URBANA	“Viabilizar as empresas, organizações e governo o cumprimento seguro, garantido e certificado da gestão sustentável de resíduos eletrônicos em total conformidade com a PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos.”	A Recicladora desenvolve sistemas de descarte para minimizar os riscos à saúde pública e os impactos ambientais adversos. Parte dos recursos de suas atividades econômicas são investidos nos projetos sociais que apoiam a inclusão digital de comunidades carentes.	127.4	Manufatura
RETALHAR	“A Retalhar integra a vida têxtil ao utilizar o reaproveitamento de resíduos como ferramenta para valorizar pessoas”.	Modelo de negócio baseado na economia circular; emprego de mão de obra solidária remunerada por comércio justo; apoio a cooperativas de costura lideradas por mulheres da base da pirâmide	100.2	Manufatura
REDE ASTA	“Um negócio social que transforma artesãs em empreendedoras e resíduos em produtos bons, bonitos e do bem”.	Trabalhamos para que pessoas e resíduos ganhem um novo começo. Conectamos grupos de artesãs de todo o Brasil para criação e desenvolvimento de soluções sustentáveis e criativas de reaproveitamento de resíduos.	96.9	Atacado/Varejo
SUNEW FILMES FOTOVOLTAICOS IMPRESSOS S.A	“O principal objetivo é reduzir o impacto ambiental causado pela emissão de gases de efeito estufa gerando energia limpa”.	Sunew é líder mundial na fabricação de Filmes Fotovoltaicos Orgânicos (OPV). O método de produção desenvolvido é contínuo e altamente escalável. Utilizam-se materiais orgânicos abundantes na natureza e não tóxicos, em um processo de impressão rolo-a-rolo semelhante ao da indústria têxtil.	104.9	Manufatura
YOU GREEN	“Resolver os	Através da gestão da	124.2	Gestão de

	problemas da gestão de resíduos, oferecendo as mais eficientes soluções ambientais e econômicas, por meio do trabalho digno, garantindo a justa distribuição da riqueza ao longo da cadeia produtiva”.	cooperativa e prestação de serviços à sociedade com parcerias e alianças que se assemelham a seus valores, contribuindo para o desenvolvimento e aprimoramento de outros catadores .		resíduos
--	--	--	--	----------

FONTE: O autor (2019).

3.2.1 Resultados e discussão

3.2.1.1 CASA DO FUTURO.COM

Casa do futuro.com (FIGURA 5), criada em 2005, é um empresa de pequeno porte, com sede no Rio de Janeiro-RJ. A Casa do Futuro atua com tecnologia e sustentabilidade na construção civil. Na área da tecnologia, desenvolve e implanta projetos de eficiência energética, telecomunicações, segurança e automação residencial e predial. Na área da sustentabilidade, presta serviços de consultoria para construções sustentáveis através das Certificações LEED®, AQUA, PBE Edifica e Qualiverde. As soluções se aplicam a empreendimentos imobiliários comerciais ou residenciais, industriais, institucionais, urbanísticos, hoteleiros, esportivos, entre outros. A Casa do Futuro.com é uma empresa membro do Green Building Council Norte Americano (USGBC), organização que gerencia os processos de concessão do Selo *Leadership in Energy and Environmental Design* ou Liderança em Energia e Projeto Ambiental (LEED) (para projetos novos ou construções existentes. O selo LEED é uma ferramenta de Certificação que busca incentivar e acelerar a adoção de práticas de construção sustentável. Este sistema de avaliação promove uma abordagem ao edifício por inteiro, desde a concepção do projeto até a construção final e a manutenção do mesmo. Leva em consideração questões de implantação, uso racional de água, eficiência energética, seleção dos materiais, qualidade ambiental interna e questões de prioridade regional (US GREEN, 2019).

FIGURA 5— LOGO CASA DO FUTURO



FONTE: *Bcorporation.net* (2019).

A empresa obteve a certificação B em março de 2016, com uma pontuação geral de 81.9. Em 2018, após renovar a certificação, teve o acréscimo da pontuação para 85.2. A partir das respostas do questionário de avaliação de impacto (BIA), realizado no dia 10/03/2018 pela empresa Casa do Futuro.com, extraiu-se informações complementarmente as de comunicação institucional, e que pudessem ser relevantes na identificação dos princípios da ecossocioeconomia das organizações.

QUADRO 5— MATRIZ DE EXPERIÊNCIA EM ECOSSOCIOECONOMIAS CASA DO FUTURO.COM

Ecosocioeconomia das organizações	Ação Interorganizacional	Ação Extraorganizacional	Pontos na escala
<p style="text-align: center;">X</p> <p style="text-align: center;">Processos organizacionais (BIA)</p>	<p>Incorporamos os impactos social e ambiental de forma consistente na tomada de decisão, porque consideramos que isso é importante para o sucesso e rentabilidade do negócio;</p> <p>Emendou os documentos de governança</p>	<p>Um compromisso geral com a responsabilidade e gestão social e/ou ambiental;</p>	2

	corporativa de forma a exigir a consideração dos interesses dos trabalhadores, da comunidade e do meio ambiente (ex. Estatuto Social alterado).		
Trabalhadores	Transporte gratuito ou subsídio de transporte Refeições gratuitas ou subsidiadas. Os benefícios de saúde se estendem à família próxima (cônjuge e filhos).		1
Comunidade	Contribuições financeiras e donativos em espécie (exceto para causas políticas)	25-39% de sua força de trabalho (em tempo integral e meio período) são de mulheres ou de comunidades cronicamente subempregadas	2
Meio Ambiente	Política escrita documentando o compromisso da empresa com o meio ambiente Avaliação interna ou externa realizada quanto aos impactos ambientais relacionados às atividades de negócios da empresa	O produto/serviço cria sistemas para a conservação de recursos (e.x. Programas de reciclagem, serviços de compostagem, um software de análise de água/energia; sistemas de reciclagem de água)	2
Clientes	“Pela primeira vez, estamos extrapolando o escopo da consultoria e abordando também as questões de sustentabilidade voltadas à área corporativa das empresas. Oferecemos consultoria para a efetiva abordagem		2

	<p>da sustentabilidade na estratégia empresarial de nossos clientes, envolvendo mais profundamente seus colaboradores e gestores. O objetivo é que o mercado entenda, de maneira mais aprofundada, os conceitos e necessidades da sustentabilidade, não somente relacionada a seus produtos (prédios), mas também nas metas estratégicas das corporações”.</p>		
--	--	--	--

3.2.1.2 COURRI

Courri (FIGURA 6) é uma empresa de médio porte localizada em São Paulo-SP. Criada em 2012, atua na área de logística urbana, a partir do uso de bicicletas e outros meios de transporte sustentáveis para o transporte de mercadorias e produtos.

No início de suas atividades, a Courri trabalhava somente com entregas de documentos. Atualmente, a empresa oferece outros dois tipos de serviços: “alocado & delivery”, que funciona como uma terceirização de entregadores, e o “e-commerce”, que corresponde a 60% das entregas da Courri. O alocado & delivery, é um modelo de serviço de entrega que oferece pessoa habilitada junto com bicicleta, mochila e bagageiro, para empresas que necessitem de um entregador fixo.

A preocupação com a segurança dos ciclistas também foi um dos focos durante a reestruturação dos negócios. Os entregadores da Courri pedalam de 6 a 7 quilômetros e fazem 60 entregas por dia, aproximadamente.

FIGURA 6 – LOGO COURRI



Fonte: *Bcorporation.net* (2019).

A empresa se certificou como empresa B, em 2014, com uma pontuação de 128 pontos. Na última avaliação em 2016, obteve uma média de 120.4. Em resposta ao questionário relacionado aos processos organizacionais da empresa (APÊNDICE 2), o gestor da Courri afirma que a empresa está estruturada praticamente como estava anteriormente a certificação, e que a principal motivação para buscar a certificação foi o alinhamento com os propósitos da empresa com o movimento B e diferenciação no mercado, diante de outros concorrentes. O processo de certificação é bem trabalhoso, mas tem trazido benefícios para o posicionamento e reconhecimento da empresa.

A partir das respostas do questionário de avaliação de impacto (BIA), realizado no dia 12/09/2016 pela empresa Courri, extraiu-se informações complementarmente com as da comunicação institucional, e que pudessem ser relevantes na identificação dos princípios da ecossocioeconomia das organizações.

QUADRO 6– MATRIZ DE EXPERIÊNCIA EM ECOSSOCIOECONOMIAS COURRI

Ecossocioeconomia das organizações X Processos organizacionais (BIA)	Ação Interorganizacional	Ação Extraorganizacional	Pontos na escala
Governança	Incorporamos os impactos social e ambiental de forma consistente na tomada de decisão, porque consideramos que isso é importante para o sucesso e rentabilidade do negócio.	Um compromisso geral com a responsabilidade e gestão social e/ou ambiental	2
Trabalhadores	Todos os	Nossa empresa tem	2

	trabalhadores recebem orientação, treinamento ou instrução, que abrange explicitamente os objetivos e missão social e / ou ambiental da empresa;	um programa formal para a contratação e treinamento de pessoas com barreiras crônicas para a obtenção de emprego 81-90% funcionários estão "Satisfeitos"	
Comunidade	Nossa empresa contrata e treina pessoas que enfrentam barreiras crônicas para a obtenção de emprego'.		2
Meio Ambiente	Construções empregam estratégias de economia de energia (ex: monitoramento do uso, equipamentos e iluminação eficientes, uso de energias renováveis); Política escrita documentando o compromisso da empresa com o meio ambiente.	Nosso produto/serviço por sua própria natureza conserva o meio ambiente.	3

3.2.1.3 FAZENDA DA TOCA

A Fazenda da Toca (FIGURA 7) é um modelo de negócio de médio porte, localizado em uma propriedade de 2.300 hectares, em Itirapina-SP. Desde 1971 a fazenda teve diversas fases produtivas, com operação de citricultura e pecuária. Em 2009, a propriedade se tornou um núcleo de produção de orgânicos em larga escala, sendo quatro grandes operações: ovos orgânicos, leite orgânico, grãos e sistemas agroflorestais (por meio de sistemas de parceria). Como maior produtora de ovos orgânicos do país, a Toca tem como missão contribuir para dinamizar toda a cadeia produtiva orgânica ao ajudar a capacitar produtores e aumentar a demanda por insumos e grãos orgânicos, como milho e soja, base da agropecuária. A Toca, também se consolidou como uma referência nacional em bem-estar animal no segmento de avicultura de postura (galinhas).

Para isso, a Toca se dedica a difundir conhecimento na produção orgânica, capacitando e formando outros produtores. A Fazenda realiza constantemente cursos, visitas e vivências com o objetivo de compartilhar os aprendizados na produção orgânica e engajar cada vez mais pessoas em práticas produtivas que ajudem a regenerar o nosso planeta.

No modelo de gestão relacionado à produção de ovos orgânicos, a toca proporciona aos animais as “Cinco Liberdades” do bem-estar animal, conforme difundido pela Certified Humane¹⁷.

A fazenda da toca é a primeira empresa brasileira de produção de ovos a obter o selo *Certified Humane Brasil*. Desenvolvido pela *Humane Farm Animal Care* (HFAC), a principal organização internacional de certificação sem fins lucrativos voltada para a melhoria da vida dos animais de produção. Esse selo atesta que os produtos consideram os mais rigorosos padrões de bem-estar animal em todo o mundo. O selo leva em conta diversos aspectos, como nutrição equilibrada e livre de antibióticos, abrigo e áreas de repouso para os animais e espaço adequado para a manifestação natural de cada espécie.

Além da certificação referente ao bem estar animal, a fazenda da toca é certificada como uma fazenda orgânica pela IBD¹⁸, empresa brasileira que desenvolve atividades de inspeção e certificação agropecuária, de processamento e de produtos extrativistas, orgânicos, biodinâmicos e de mercado justo (*fair trade*).

A Fazenda da Toca enquanto um projeto de agricultura orgânica percebeu a necessidade de internalizar a sustentabilidade, e construir um novo modo de relação com as pessoas, os animais e os espaços naturais. Para isso foi criado o Instituto Toca, uma instituição sem fins lucrativos que mantém dentro da fazenda: a escola da toca, uma escola experimental para crianças de 2 a 6 anos focado na alfabetização ecológica, em um espaço de um hectare, incluindo um quintal permacultural que funciona como unidade demonstrativa de tecnologias sustentáveis; O projeto rede, uma parceria com as escolas municipais da Rede Pública de Ensino de Itirapina- SP, e o toca experiências: uma programação de cursos, eventos e vivências nas áreas de agricultura, educação e alimentação.

¹⁷ <https://certifiedhumanebrasil.org/>

¹⁸ <https://www.ibd.com.br/>

FIGURA 7– LOGO FAZENDA DA TOCA



FONTE: *Bcorporation.net* (2019).

Como empresa B, a fazenda da toca se certificou em 2015¹⁹, em 2018 se recertificou com uma pontuação geral de 146.2 pontos no BIA, sendo a área de meio ambiente com a maior pontuação, 96.9 pontos. Em resposta ao questionário o gestor mencionou que a fazenda buscou a certificação B, por ser um selo internacional que ateste o posicionamento da empresa em fazer parte de uma rede preocupada com o tema socioambiental.

A partir das respostas do questionário de avaliação de impacto (BIA), realizado no dia 22/01/2018 pela empresa Fazenda da Toca, extraiu-se informações, completando as já disponibilizadas pela comunicação institucional, e que pudessem ser relevantes na identificação dos princípios da ecossocioeconomia das organizações.

QUADRO 7– MATRIZ DE EXPERIÊNCIA EM ECOSSOCIOECONOMIAS FAZENDA DA TOCA

Ecosocioeconomia das organizações X Processos organizacionais (BIA)	Ação Interorganizacional	Ação Extraorganizacional	Pontos na escala
Governança	Tratamos o impacto social/ambiental como uma medida de sucesso primordial para o nosso negócio e priorizamos isto até mesmo nos casos	Um compromisso com um impacto social positivo específico (ex.: redução da pobreza, desenvolvimento econômico sustentável, redução	3

¹⁹ Não consta a primeira pontuação da empresa.

	<p>em que possam não conduzir rentabilidade.</p> <p>Emendou os documentos de governança corporativa de forma a exigir a consideração dos interesses dos trabalhadores, da comunidade e do meio ambiente.</p>	de resíduos para aterro através de produtos reciclados/ upcycling).	
Trabalhadores	<p>Todos os trabalhadores recebem orientação, treinamento ou instrução, que abrange explicitamente os objetivos e missão social e / ou ambiental da empresa;</p> <p>Seguro de vida; Serviços financeiros (crédito ou programas de poupança). Seguro odontológico privado Seguro de saúde complementar privado;</p> <p>Aulas de yoga 2x semana, creche/ escola gratuita na Fazenda, descontos em cursos, cesta básica ou vale alimentação, refeitório no local com subsídio, descontos nas compras de produtos da horta/ ovos;</p> <p>Política escrita de não discriminação.</p>		2
Comunidade	Acima de 60% das despesas da sua empresa (exceto mão de obra) foi gasta com	A empresa fornece capacitação ou acesso a assistência técnica a outros agricultores da comunidade (não	3

	<p>fornecedores independentes locais.</p>	<p>fornecedores);</p>	
Meio Ambiente	<p>Triagem com base na aplicação de práticas positivas (processo de fabricação ecológico, práticas trabalhistas de excelência);</p> <p>Processo de manufatura, venda atacadista ou agricultura, que se propõe a diminuir significativamente o impacto ambiental, comparado com as práticas comuns da indústria.</p>	<p>Pesquisa, mensura ou fornece informações com o objetivo de solucionar problemas ambientais (ex.: consultoria ou auditoria em sustentabilidade);</p> <p>Oferece produto e serviço que preserva, conserva ou restaura o meio ambiente ou recursos ambientais.</p>	3
Clientes	<p>A maioria dos seus clientes vive na mesma comunidade da sede ou das instalações de produção da sua empresa;</p> <p>Padrões de rastreabilidade e rotulagem de terceiros para garantir que a origem e a cadeia de abastecimento de todos os produtos sejam rastreadas.</p>		3

3.2.1.4 MEU COPO ECO

Meu Copo Eco (MCE) (FIGURA 4), criada em 2011, é uma empresa de médio porte, com sede em Florianópolis-SC e filiais no Rio de Janeiro- RJ e Porto Alegre-RS. A MCE surge com propósito de diminuir copos descartáveis. A problemática que despertou o interesse dos proprietários para criar a empresa foi “*Como trazer para o Brasil a solução de copos reutilizáveis, deixando as festas mais limpas e o público mais consciente?*” (MCE, 2019).

FIGURA 8– LOGO MEU COPO ECO



FONTE: *Bcorporation.net* (2019).

A missão da Meu Copo Eco é de substituir os plásticos descartáveis e criar uma nova cultura de consumo, acessível a todos. Além do selo Empresa B, a empresa faz parte do pacto “*New Plastic Economy*”, estabelecido pela *Ellen Macarthur Foundation*²⁰, fundação precursora na divulgação da economia circular. Apoia a campanha global “*Clean seas*”²¹, lançada em 2017, que estabelece ações para conter os plásticos depositados nos oceanos. A empresa também assume responsabilidade com as metas 12, 13 e 14 da ODS²². Faz parte da rede *Social Good Brasil*²³ em iniciativas de inovação e impacto social. É comprometida com a meta Lixo Zero²⁴ em reduzir o descarte dos resíduos gerados pela Empresa em 90% ou mais. A Empresa também possui um programa de doação de copos para

²⁰ <https://www.ellenmacarthurfoundation.org/>

²¹ <https://www.cleanseas.org/>

²² <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

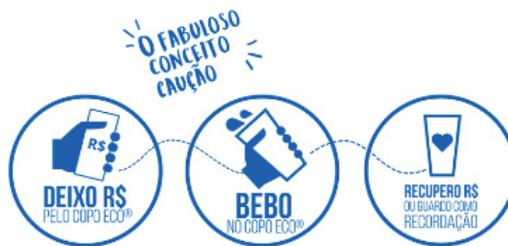
²³ <https://socialgoodbrasil.org.br/fellowsgb>

²⁴ <http://ilzb.org/>

comunidades e projetos socioambientais, o objetivo é reutilizar todos os produtos manufaturado.

MCE se autodenomina como um empreendimento socioambiental. Seu principal produto é o CopoEco®, pioneiro no Brasil, é um copo reutilizável e 100% reciclável. Através de uma cadeia de logística reversa, busca eliminar o uso de 70 copos descartáveis pessoa/mês, e reduzir 25 vezes o impacto ao meio ambiente, além de não conter substâncias químicas como o *Bisphenol A*²⁵ (BPA) na composição dos copos. A empresa criou o conceito “cauçã”, que consiste na devolução do copo (não personalizado) no final do evento, quando o valor pago retornado, podendo, se for de interesse do cliente/consumidor pagar para ficar com o copo. A ideia da Meu Copo Eco é incentivar o consumo consciente.

FIGURA 9– CONCEITO CAUÇÃ EMPREGADO PELA MCE



FONTE: Meu Copo Eco (2019).

A empresa foi certificada em 2017, com uma pontuação geral de 86.3 pontos, destacando a pontuação de 34.5 na área de meio ambiente. O selo de Empresa B é utilizado diretamente na comunicação da empresa, que propõe ser um melhor negócio para o mundo (MCE, 2019):

“Fazemos parte de um novo setor da economia guiado por um propósito de bem comum, que usa o poder do setor privado para criar benefícios para as pessoas e para o ambiente em que vivemos”.

A partir das respostas do questionário de avaliação de impacto (BIA), realizado no dia 16/05/2017 pela empresa Meu Copo Eco, extraiu-se informações

²⁵Ainda há dúvidas se o Bisfenol A realmente causa danos à saúde, existem estudos que demonstram a relação da substância e doenças, no Brasil a produção de mamadeiras que continham a substância em sua fabricação foram proibidos (ANVISA, 2019).

complementarmente as de comunicação institucional, e que pudessem ser relevantes na identificação dos princípios da ecossocioeconomia das organizações.

QUADRO 8— MATRIZ DE EXPERIÊNCIA EM ECOSSOCIOECONOMIAS MEU COPO ECO

Ecosocioeconomia das organizações X Processos organizacionais (BIA)	Ação Interorganizacional	Ação Extraorganizacional	Pontos na Escala de Ação
Governança	Tratamos o impacto social/ambiental como uma medida de sucesso primordial para o nosso negócio e priorizamos isto até mesmo nos casos em que possam não conduzir rentabilidade;	Um compromisso com um impacto ambiental positivo específico (ex: redução de resíduos para aterro através de produtos reciclados/ upcycling);	3
Trabalhadores	Todos os trabalhadores recebem orientação, treinamento ou instrução, que abrange explicitamente os objetivos e missão social e / ou ambiental da empresa; Triagem com base na aplicação de práticas positivas (processo de fabricação ecológico, práticas trabalhistas de excelência, política escrita de não discriminação).	Avaliação positiva por parte dos colaboradores de até 90% de assiduidade;	2

Comunidade	Contribuições financeiras e donativos em espécie (exceto para causas políticas); 50% dos funcionários provenientes de grupos sujeitos a subemprego; Mais de 30% de matérias-primas compradas de fornecedores locais com boas práticas.	Programa de doação Meu Copo Eco.	2
Meio Ambiente	Nossas práticas de produção são desenhadas para conservar o meio ambiente ao longo de todas as operações da empresa;	Nosso produto/serviço por sua própria natureza conserva o meio ambiente;	3
Clientes (n/a)	Produto ou serviço feito ou vendido é coberto por uma garantia ou uma política de proteção de clientes;	Ausência de substâncias prejudicial aos seres vivos (Bisfenol A);	3

3.2.1.5 OKENA

A Okena é uma empresa de pequeno porte, localizada em Itapevi-SP. Atua no tratamento químico e biológico, deságue e destinação de efluentes industriais contaminados com óleos, metais, tintas, solventes entre outros. Sua missão é garantir a qualidade da água desde a sua origem, oferecendo soluções para receber, armazenar, tratar e destinar efluentes industriais contaminados com resíduos perigosos, se tornando um agente transformador e promovendo impactos socioambientais positivos em todas as relações (OKENA, 2019).

Okena faz parte de um grupo de empresas empenhada em fazer parte da chamada economia circular, fazendo o esforço em direção à mudança e mentalidade cultural e sistêmica da sociedade. O CE100 Brasil é uma iniciativa global da

fundação Ellen Macarthur que busca transformar o setor produtivo de uma economia linear para uma economia circular.

A Okena também faz parte do movimento por um capitalismo mais consciente²⁶, A prática do Capitalismo Consciente é baseada em quatro princípios: Propósito Maior, Cultura Consciente, Liderança Consciente e Orientação para Stakeholders. Nesse sentido, a Okena visa encontrar soluções melhores do ponto de vista econômico, ambiental e social para geração dos resíduos gerados pela indústria. Ao identificar oportunidades de beneficiamento de resíduos industriais reintroduzindo em outras cadeias produtivas.

Signatária do pacto global da ONU, a Okena tem o compromisso de por meio das suas atividades, contribuir para o cumprimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável, como foco nas metas: 4 educação de qualidade; 6 água limpa e saneamento; 8 emprego digno e crescimento econômico; 15 vida sobre a terra.

Os serviços da Okena são certificados pela norma ABNT NBR ISO 14000, que especifica os requisitos de um Sistema de Gestão Ambiental e permite uma organização desenvolver uma estrutura para a proteção do meio ambiente e rápida resposta às mudanças das condições ambientais.

FIGURA 10– LOGO OKENA



FONTE: *Bcorporation.com* (2019)

Como empresa B, a Okena se certificou em 2014 com uma pontuação geral de 105.4 pontos, em 2019 a empresa se recertificou aumentando sua pontuação para 117.8 pontos, sendo a seção meio ambiente com a maior pontuação, 56.7.

²⁶ <https://www.ccbrazil.cc/sobre>

A partir das respostas do questionário de avaliação de impacto (BIA), realizado no dia 14/01/2014 pela empresa OKENA, realizou-se uma pesquisa exploratória com a intenção de extrair informações, para além da comunicação institucional e que pudessem ser relevantes na identificação dos princípios da ecossocioeconomia das organizações.

QUADRO 9— MATRIZ DE EXPERIÊNCIA EM ECOSSOCIOECONOMIAS OKENA

Ecosocioeconomia das organizações X Processos organizacionais (BIA)	Ação Interorganizacional	Ação Extraorganizacional	Pontos na escala
Governança	Tratamos o impacto social/ambiental como uma medida primária de sucesso para o nosso negócio e priorizamos isto até mesmo nos casos em que possa não impulsar a rentabilidade.	Um compromisso com o impacto social, por exemplo, redução da pobreza, o desenvolvimento econômico sustentável.	3
Trabalhadores	Todos os trabalhadores recebem orientação, treinamento ou instrução, que abrange explicitamente os objetivos e missão social e / ou ambiental da empresa; Triagem com base		2

	na aplicação de práticas positivas (processo de fabricação ecológico, práticas trabalhistas de excelência, Política escrita de não discriminação).		
Comunidade	50% dos funcionários provenientes de grupos sujeitos a subemprego;	Pobreza: via contratação de trabalhadores de baixa renda.	2
Meio Ambiente	Produto/serviço por sua própria natureza conserva o meio ambiente		3

A partir da análise do conteúdo do relatório BIA é possível levantar características com o objetivo de recharacterizar as Empresas Casa do Futuro, Courri, Fazenda da toca, Meu Copo Eco e Okena de acordo com as premissas da ecossocioeconomia das organizações:

- a) Ação interorganizacional que releva nos processos organizacionais **a gestão de risco socioambiental quanto ao território, e considera a participação direta ou indireta dos atores sociais** que vão sofrer impactos de sua ação;
- b) Como resultado decorrente da gestão interorganizacional, ocorre a ação extraorganizacional, no sentido de incorporarem a necessidade de responder às **demandas procedentes do território onde está instalada**;
- c) Uma perspectiva extrarracional, trazendo justificativas que não se baseiam meramente na **racionalidade econômica individual, mas em preocupações socioambientais coletivas**.

Como apresentado, as empresas selecionadas atuam em diferentes setores, construção civil, logística, agricultura, tratamento de efluentes e reciclagem, todas com o propósito socioambiental desde sua criação. O que as diferencia está principalmente relacionado ao posicionamento e prioridade da questão socioambiental nas tomadas de decisão.

Na seção governança, onde a missão e valores das empresas são analisados, é perceptível que a ação interorganizacional é atendida totalmente pelas empresas Fazenda da Toca, Meu Copo Eco e Okena, ao indicar no relatório como primordial fornecer bens e prestar serviços com impacto socioambiental, mesmo que isso influencie na rentabilidade financeira. Já as empresas Casa do Futuro e Courri, tratam o impacto socioambiental de forma consistente considerando importante para as atividades da empresa, mas não primordial, portanto a ação interorganizacional ocorre de forma parcial.

Como consequência, a ação extraorganizacional ocorre totalmente nas empresas Fazenda da Toca, Meu Copo Eco e Okena. Está indicado no relatório, a ação específica que as empresas promovem no território ao qual estão inseridas, como a redução de resíduos para aterro através de produtos/serviços, redução da pobreza por meio da geração de empregos, compra de insumos locais. O engajamento em causas socioambientais como a Meu Copo Eco na questão do plástico e os oceanos, a Fazenda da Toca no bem estar animal e produção orgânica de alimentos e a Okena na reinserção de efluentes industriais na cadeia produtiva e destinação devida, sugere a ocorrência de uma extrarracionalidade, ao utilizar do modelo de negócio como forma de mitigar impactos socioambientais gerados por outras indústrias convencionais.

Nas empresas Casa do Futuro e Courri a ação extraorganizacional ocorre parcialmente, as empresas prestam serviços socioambientais positivos para o território de forma indireta. A Casa do futuro ao prestar o serviço de consultoria para maior eficiência energética e redução de custos em estabelecimentos, contribui para a conscientização da necessidade de repensar os atuais modelos de construção civil, muitas vezes com alto impacto ambiental. A Courri diminui a emissão de gases provenientes da queima de combustíveis fósseis ao utilizar meios de transporte alternativos nas entregas, e ao indicar para os clientes o quanto de CO₂ a entrega deixou de emitir, caracteriza-se como ação extraorganizacional voltada à tomada de consciência.

Na seção trabalhadores, observa-se que a ação interorganizacional é atendida parcialmente pelas empresas. Todas as empresas investem na capacitação dos funcionários, além das responsabilidades usuais do trabalho, como benefícios adicionais, plano de saúde privado e seguro odontológico, manutenção preventiva de máquinas que evitam acidentes de trabalho, yoga, cursos de formação, possuem normas internas de não discriminação e orientação sobre os valores socioambientais. Isso possibilita parcialmente ação interorganizacional, com trabalhadores mais bem atendidos. Como por exemplo, as empresas Meu Copo Eco e Courri que tem um grau de satisfação de 90% dos colaboradores. Através disso o ambiente de trabalho se torna um meio em que pode ocorrer um processo de tomada de consciência para causas coletivas socioambientais. Apresenta-se assim possível extrarracionalidade pelo conjunto de ações inter e extraorganizacionais. No entanto, o nível da participação dos trabalhadores nas tomadas de decisão bem como nos lucros das empresas é baixa ou nula, o que impossibilita a totalidade das premissas da ecossocioeconomia.

Na seção comunidade, a ação interorganizacional ocorre em sua totalidade nas empresas, 50% dos funcionários provêm de grupos sujeitos a subemprego, ou seja, não estariam praticando suas qualidades profissionais se não estivessem empregados. Mais de 30% da matéria prima utilizada provêm de fornecedores locais, estabelecido em um raio de 322km, sendo realizada uma triagem na busca de fornecedores com boas práticas ocasionando assim na ação extraorganizacional por influenciar em toda a cadeia produtiva, desde o fornecedor com boas práticas até a sensibilização dos clientes para com o destino final do produto.

No caso da Meu Copo Eco, o programa de doação de copos Meu Copo Eco, a reutilização dos copos destinados para escolas, projetos sociais é uma forma de promover a tomada de consciência da comunidade, atendendo novamente a dimensão de extrarracionalidade, na ocasião que considera o cálculo de consequências coletivas. A empresa Da Toca fornece capacitação ou acesso a assistência técnica a outros agricultores da comunidade (não fornecedores), visando a propagação de práticas mais sustentáveis nos modelos de produção, identificado como uma ação extraorganizacional.

Na seção meio ambiente, as premissas ocorrem em sua totalidade nas empresas. Na empresa Casa do Futuro a prestação de consultoria de eficiência energética em outro empreendimento, na Courri por meio de modais que não

utilizam de combustíveis fósseis, reduzindo a emissão de gases de efeito estufa, indicados como um dos fatores responsáveis pelas mudanças climáticas. A Meu Copo Eco por meio do CopoEco® gera impacto socioambiental positivo e funciona como uma ferramenta para a redução e conscientização do uso do plástico, a Fazenda da Toca por meio de alimentos orgânicos e bem estar animal, e o serviço de reutilização e destinação correta de efluentes pela Okena. Assim, a extrarracionalidade pode se apresentar diante do fato de que a venda do produto/serviço não se baseia meramente na racionalidade econômica individual, mas também carrega em si preocupação socioambiental coletiva.

Na seção clientes, por mais que não haja uma pontuação no site do Sistema B, a ação interorganizacional ocorre nas empresas. A Meu Copo Eco trabalha com um produto que não contém substâncias químicas prejudiciais aos seres vivos (Bisfenol A). Além disso, um exemplo da ausência de uma racionalidade econômica de lucratividade e de extrarracionalidade parcial está relacionado ao conceito de venda “caução”, onde caso o cliente/consumidor queira devolver o produto após utilizar pode receber o valor investido; nesse caso a empresa deixa de receber um retorno econômico integral. O mesmo ocorre com o programa de doação de copos, onde o mesmo poderia retornar para o mercado, mas é destinado para fins sociais e de educação ambiental.

Na empresa Fazenda da Toca, possui padrões de rastreabilidade e rotulagem de terceiros para garantir que a origem e a cadeia de abastecimento de todos os produtos sejam rastreadas, é uma ação inter e extraorganizacional.

Na empresa Courri, o cliente é notificado da quantidade de CO₂ e outros gases que deixaram de ser emitidos no percurso das entregas, sendo essas ações inter e extraorganizacionais.

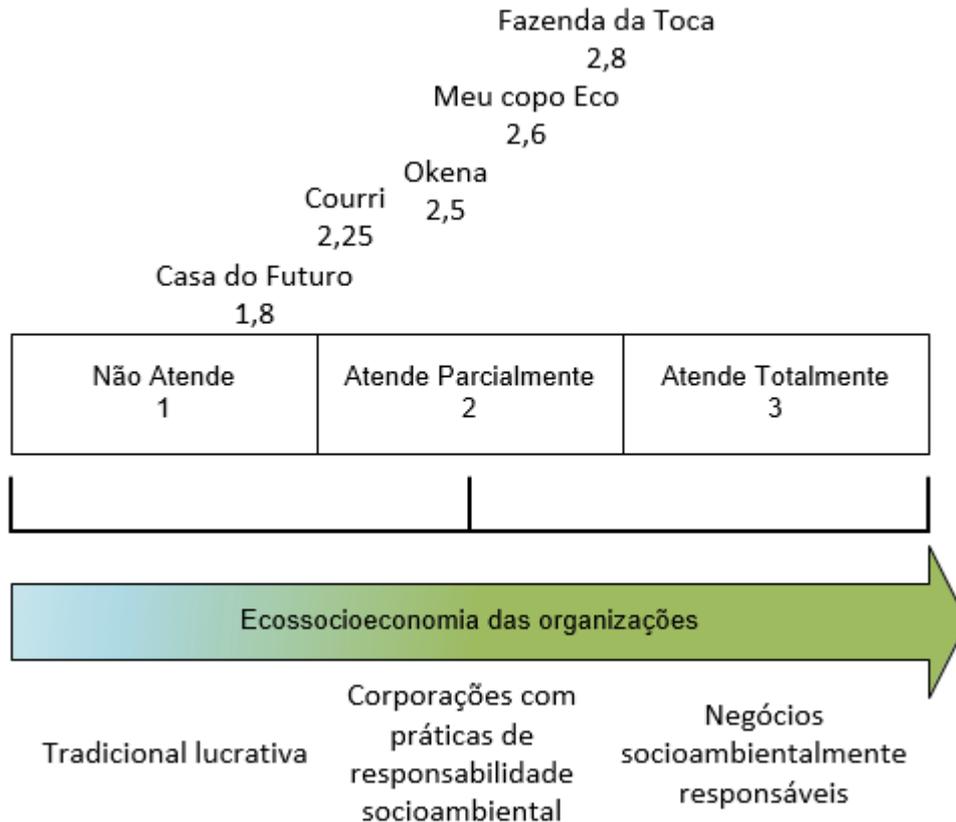
Sendo assim, as empresas B selecionadas para o estudo atendem parcialmente as premissas da ecossocioeconomia na escala de ações, por não expressar sua função social ou responsabilidade social somente na relação de geração de retornos econômicos, criação de empregos e cumprimento das obrigações legais, como os modelos tradicionais de negócio (HOFFMAN, 2000). No *continuum* do hibridismo sugerido por Alter (2007), as empresas se situam entre corporações com práticas de responsabilidade socioambiental e negócios socioambientalmente responsáveis, pois como visto todo o seu modelo de negócio

antes mesmo de se tornar Empresa B operavam com o objetivo de gerar retornos socioambientais através da venda de seus produtos e serviços.

Os casos apresentados possuem características de empresas híbridas, tendo em vista a convergência entre usar instrumentos de mercado para oferecer bens e/ou prestar serviços com impacto socioambiental. As empresas apresentam avanço em seu modelo de gestão, suas ações por meio de produtos e serviços, caminham para além de práticas de responsabilidade sociais pontuais ou da ecoeficiência, muitas vezes atrelados a cumprimentos de legislações, redução de custos ou melhoria da imagem da empresa.

Ao analisar as empresas tendo como base as dimensões do Ecodesenvolvimento, estabelecida por Sachs (2007). Demonstram que a eficiência econômica dessas empresas B buscam avaliar demandas macrosociais, e não apenas o critério da rentabilidade empresarial de caráter microeconômico. As empresas tem como parte de seu modelo de gestão outra lógica de crescimento, subsidiado por outra visão do que seja uma boa sociedade. Muito das ações das empresas, como a Courri, Meu Copo Eco, Casa do Futuro e Okena, limitam o consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos que são facilmente esgotáveis ou danosos ao meio ambiente, substituindo-os por recursos ou produtos renováveis, usados de forma não agressiva ao meio ambiente. Empenham-se em reduzir o volume de resíduos e de poluição, por meio da conservação de energia e de recursos, além da reciclagem, promovem a autolimitação no consumo material. No caso da Fazenda da toca, se aproxima da sustentabilidade espacial ao promover práticas modernas e regenerativas de agricultura e agrossilvicultura, envolvendo os pequenos agricultores locais.

FIGURA 11– ESCALA DE AÇÕES EMPRESAS B SELECIONADAS



FONTE: O autor (2019).

QUADRO 10– MATRIZ ANALÍTICA DE EXPERIÊNCIAS EM ECOSSOCIOECONOMIAS EMPRESAS B

Eossocioeconomia das organizações X Processos organizacionais (BIA)	Ação Interorganizacional	Ação Extraorganizacional
	Governança	Fazenda da Toca, Meu Copo Eco e Okena (totalmente)

	Casa do Futuro e Courri (parcialmente)	diretamente) Casa do Futuro e Courri (parcialmente-indiretamente)
Trabalhadores	<p>Parcialmente por todas as empresas</p> <p>Todas as empresas investem na capacitação dos funcionários, além das responsabilidades usuais do trabalho, como benefícios adicionais, plano de saúde privado e seguro odontológico, manutenção preventiva de máquinas que evitam acidentes de trabalho, yoga, cursos de formação, possuem normas internas de não discriminação e orientação sobre os valores socioambientais.</p>	<p>O nível da participação dos trabalhadores nas tomadas de decisão bem como nos lucros das empresas é baixa ou nula, o que impossibilita a totalidade das premissas da ecossocioeconomia.</p>
Comunidade	Ocorre totalmente nas empresas	<p>Triagem na busca de fornecedores com boas práticas ocasionando assim na ação extraorganizacional por influenciar em toda a cadeia produtiva,</p>

		desde o fornecedor com boas práticas até a conscientização dos clientes para com o destino final do produto.
Meio Ambiente	Ocorrem em sua totalidade nas empresas.	Consultoria de eficiência energética; Modais que não utilizam de combustíveis fósseis; Redução e conscientização do uso do plástico; Alimentos orgânicos e bem estar animal; Reutilização e destinação correta de efluentes

FONTE: O autor (2020).

4 CONSIDERAÇÕES

A presente pesquisa teve como objetivo principal, através da perspectiva da ecossocioeconomia das organizações, compreender os movimentos empresariais que buscam alinhar a geração de retornos econômicos e ao mesmo tempo gerar impacto socioambiental de forma positiva com ações que possam contribuir para a transformação da sociedade (economia) e sua relação com a natureza.

Como forma de alcançar o objetivo geral, foi necessário construir o embasamento teórico, com o objetivo específico de caracterizar o que pode vir a ser empresas com características para a transição de novas economias, resultando em empresas que não partem unicamente da visão industrial de que o único propósito é gerar retornos econômicos e, portanto, estariam cumprindo parte de seu papel social.

A partir da construção do referencial teórico, e como forma de tornar a pesquisa de cunho teórico-empírica, foram selecionadas as empresas do movimento B para o estudo. Sendo um movimento empresarial recente, característico do século XXI, que demonstra um avanço em relação ao conceito tradicional de fazer negócio, somente pelo viés do mercado, independente da sociedade e da natureza. Foi visto que o movimento B está engajado nas discussões socioambientais, bem como propondo ferramentas junto às organizações mundiais responsáveis para que os modelos tradicionais migrem para o novo cenário mais sustentável socioambientalmente.

O objetivo geral proposto foi alcançado ao analisar as empresas que fazem parte do Movimento B, a partir da perspectiva da ecossocioeconomia das organizações. A elaboração da matriz metodológica e da escala de transição possibilitou levantar as características que demonstram a ocorrência de uma transitoriedade para novas economias socioambientalmente inclusivas, tendo em vista que a tomada de decisão das empresas B releva as consequências socioambientais no território. As empresas estudadas do movimento B apresentam esforços em se engajar em causas socioambientais, além de certificadas como empresas B, possuem outras certificações que envolvem outros movimentos, como da economia circular que busca reestruturar os modelos de produção na busca por gerar menos impactos ambientais. Certificações relacionadas ao bem estar animal na produção e certificações que envolvem o cumprimento as metas da ODS até 2030. Nesse aspecto as empresas se situam dentro do paradigma do desenvolvimento sustentável, ou da sustentabilidade fraca, buscam retornos financeiros ao internalizar as questões socioambientais por meio do consumo de produtos ou serviço, e carregam características do codesenvolvimento, apontado como um paradigma dentro da sustentabilidade forte, o que sugere a ocorrência de transitoriedade entre os paradigmas.

Entende-se que o campo teórico-metodológico da ecossocioeconomia está em constate construção. Sendo assim, é possível dizer que experiências em ecossocioeconomia é sinônimo de novas economias. Tendo em vista, que ambos os termos propõe novos modelos de organizações e da construção social dentro das dimensões ecossocioambientais, sugerindo mudanças paradigmáticas.

Ainda que parte das atenções relacionadas à problemática socioambiental no meio empresarial ocorra predominantemente pela relação mercadológica de

custo/benefícios, a função pedagógica desse setor como grande influenciador na vida das pessoas seja como consumidor ou trabalhador, para a transição de sociedade mais sustentáveis é de suma importância. Essa transitoriedade é perceptível, o histórico do ambientalismo nas empresas apresentado no referencial teórico demonstra isso.

O presente estudo buscou reconhecer práticas que, mesmo inseridas na lógica de mercado, não visam substituir radicalmente o atual paradigma, mas como aponta Santos (2005), tornar mais incômoda sua reprodução e hegemonia, gerando uma transformação para espaços econômicos que predominam a solidariedade, igualdade e o respeito pela natureza.

Sendo assim, é preciso estar atento, para que essa transição não estagne no que pode ser chamado de “consumo verde”, por mais que os produtos ou serviços gerem impacto socioambiental positivo, eles devem ser acessíveis a todos e não ser algo possível somente em países (macro) ou pessoas (micro) com poder aquisitivo, ou seja, que possam ter uma vida sustentável.

Como aponta Sachs (2007), Abramovay (2012), uma possível nova economia baseada efetivamente na finitude dos recursos, com base em práticas que enfatizam a resolução de problemas socioambientais, por respostas que geram uma lógica ecossistêmica regeneradora.

4.1.1 Limitações e Dificuldades da Pesquisa

Novas Economias é um tema emergente e em constante construção, as contribuições teóricas-práticas relacionadas ao tema ainda são incipientes o que torna a realização da pesquisa mais desafiante. O tema também pode ser compreendido de diversos pontos de vistas, seja partindo de uma visão crítica anticapitalista em que o foco é a transformação total do modelo econômico atual como ocorreu no século XX com a ascensão do comunismo, ou como o autor optou nessa pesquisa, buscar estudos teóricos e experiências que de alguma forma apresentam características que apontam comportamentos em busca da sustentabilidade socioambiental.

Um fator limitante da pesquisa foi o baixo retorno das empresas, somente cinco enviaram os relatórios de impacto. Salienta-se que os dados dos relatórios não

são do ano em que está sendo realizado o estudo e somente o método da análise de conteúdo em fontes documentais não proporciona o melhor entendimento possível da extrarracionalidade. Por isso, sugere-se que estudos de caso em profundidade sejam desenvolvidos no futuro, para reafirmar a ocorrência das extrarracionalidades e compreender as potencialidades implícitas na abordagem da ecossocioeconomia das organizações. Destaca-se que as escolhas de pesquisa foram tomadas em função da localidade do pesquisador, disponibilidade de recursos financeiros e tempo estimado para a realização dos estudos de caso, o que resultou na utilização de fontes documentais.

A perspectiva da ecossocioeconomia das organizações e o movimento B foram à base teórico-empírica escolhidos para tal estudo. No entanto, existem diversas outras teorias e movimentos, até mesmo citados nesse estudo a serem explorados cientificamente. Sendo uma sugestão de pesquisa futura, construir uma base teórica-empírica que relacione teorias e movimentos socioambientais e ao mesmo tempo, possibilite o desenvolvimento de uma base de dados para a construção do pensamento relacionado a novas economias, partindo de bases filosóficas que repensam as raízes do pensamento econômico, até experiências, sejam empresariais, anticapitalistas, de pequenos produtores, populações tradicionais, dentre outras.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Editora Abril, 2012.
- ABRAMOVAY, R., CORRÊA, M.E., GATICA, S., & HOOF, B.V. **Nuevas Empresas, Nuevas Economías: Empresas B en Sur América**. São Paulo: 2013.
- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **Bisfenol A**. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/alimentos/embalagens/bisfenol-a>>. Acesso em: 22/08/2019.
- ALIANÇA PELOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO. Carta de princípios para negócios de impacto no Brasil, 2015. Disponível em: <http://ice.org.br/wp-content/uploads/pdfs/Carta_Principios.pdf>. Acesso em: 25/08/2019.
- ALTER, S.K. **Social enterprise typology**. Virtues Ventures. LLC. 1-31. 2007. Disponível em: <https://www.globalcube.net/clients/philippson/content/medias/download/SE_typology.pdf>. Acesso em: 5/08/2019.
- BANSAL, P. & HUNTER, T. Strategic Explanations for the Early Adoption of ISO 14001. **Journal of Business Ethics**. 2003.
- B CORPORATION. *B Economy*. Disponível em: <<https://bcorporation.net/>>. Acesso em: 5/08/2019.
- BATTILANA, J.; DORADO, S. Building sustainable hybrid organizations: The case of commercial microfinance organizations. *Academy of Management Journal*, v. 53, n. 6, p. 1419-1440, 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BATTILANA, J.; DORADO, S. Building sustainable hybrid organizations: The case of commercial microfinance organizations. **Academy of Management Journal**, v. 53, n. 6, p. 1419-1440, 2010.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CAVALCANTI, C. Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. **Estud. av.**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 53-67, 2010.

CHAVES, R. & MONZÓN, J.L.: “La economía social ante los paradigmas económicos emergentes: innovación social, economía colaborativa, economía circular, responsabilidad social empresarial, economía del bien común, empresa social y economía solidaria”. **CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, v. 93, p. 5-50, 2018.

CHAVES, R.; MONZÓN, J. L. Beyond the crisis: the social economy, prop of a new model of sustainable economic development. **Service Business**, v. 6, n. 1, p. 5–26, mar, 2012.

CILO, N. **Empresa Patagonia explica bases para ser referência em sustentabilidade**. CORREIO BRAZILIENSE. 26/02/2020. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/02/26/intermas_economia,830455/empresa-patagonia-explica-bases-para-ser-referencia-em-sustentabilidade.shtml. Acesso: 26/02/2020

CLARK, W. H.; BABSON, E. K. how benefit corporations are redefining the purpose of business corporations. **William mitchell law review**, v. 38, p. 35, 2012.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991.

COSTANZA, R., DE GROOT, R., SUTTON, P., VAN DER PLOEG, S., ANDERSON, S. J., KUBISZEWSKI, I. TURNER, R. K. Changes in the global value of ecosystem services. **Global Environmental Change**, v.26, 152–158, 2014.

DENARDIN, V. Abordagens econômicas sobre o meio ambiente e suas implicações quanto aos usos dos recursos naturais. **Revista teoria e evidência econômica**, v. 11, n. 21, p. 129-150, 2003.

DRUCKER, P. F. **O melhor de Peter Drucker**. São Paulo: Nobel, 2001.

ELKINGTON, J. 25 Years Ago I Coined the Phrase “Triple Bottom Line.” Here’s Why It’s Time to Rethink It. Harvard Business Review. Disponível em: <<https://hbr.org/2018/06/25-years-ago-i-coined-the-phrase-triple-bottom-line-heres-why-im-giving-up-on-it>>. Acesso em 9/07/2018.

ELKINGTON, J. **Sustentabilidade, canibais com garfo e faca**. São Paulo: M.Books, 2012.

ELLEN MACARTHUR. The New Plastics Economy: Rethinking the future of plastics. 2016. Disponível em: <www.newplasticseconomy.org>. Acesso em: 5/08/2019.

ETZIONI, A. **The Moral Dimension: Towards a New Economics**. New York: The Free Press, 1988.

ETZIONI, A. **The third way to a good society**. London: Demos, 2000.

FARIA, J. H. Por uma teoria crítica da sustentabilidade. **Organizações e Sustentabilidade**, v. 2, n. 1, p. 2-25, 2014.

FERNANDES, V. & SAMPAIO C. A. C.. Problemática ambiental ou problemática socioambiental? a natureza da relação sociedade/meio ambiente. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 18, p. 87-94, jul./dez, 2018.

FERNANDES, V. Racionalização da vida como processo histórico: crítica à racionalidade econômica e ao industrialismo. **Cadernos da EBAPE.BR**: São Paulo: FGV/EBAPE, 2008.

FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambient. soc.** 2001, n.9, p.115-148.

FRIEDMAN. M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 2ed. Col. Os Economistas, 1985.

FONTANELLA, B. J. B *et al* . Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 388-394, Feb. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2011000200020&lng=en&nrm=is>. Acesso em: 26/03/2020

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GLADWIN, T. N., KRAUSE, T. AND KENNELLY, J. J. Beyond eco-efficiency: Towards socially sustainable business. **Sust. Dev.**, v. 3, p.35-43, 1995.

HOFFMAN, A. J. Integrating Environmental and Social Issues into Corporate Practice. **Environment: Science and Policy for Sustainable Development**, v. 42, n. 5, p. 22-33, jun. 2000.

HOFFMAN, A.; HAIGH, N. Hybrid Organizations: The Next chapter of sustainable business. **Organizational Dynamics**, v. 41, p.126-134, 2012.

JACOBI, P. R.; BESEN, G. R. **Empresas do Sistema B – Inovação em Sustentabilidade**. IN: PHILIPPI Jr, A.; SAMPAIO, C. A. C.; FERNANDES, V. Gestão empresarial e Sustentabilidade. Barueri: Manole, 2017.

KAPP, K. W. **The social costs of business enterprise**. Nottingham: Spokesman Books, 1963.

LANDER, E. **La Economía Verde: el lobo se viste con piel de cordero**. Transnational Institute, 2011. Disponível em: <https://www.tni.org/files/download/green-economy_es.pdf>. Acesso em: 10/05/2019.

LEFF, H. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução de Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MEADOWS, Dobella H. et al. **The limits to growth: a report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind**. New York: Universe Books, 1972.

MENDES, A. D. **Breve itinerário dos ecossistemas a Ecopoesia**. In: Para pensar o desenvolvimento Sustentavel. Bursztyn, Marcel (Org). São Paulo: Brasiliense, 1993.

NAREDO J. M.. Economía y sostenibilidad: la economía ecológica en perspectiva , **Polis [En línea]**, v.2, 2012.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS). Nações unidas Brasil. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 5/08/2019.

OXFAM. Justiça social e Economia. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/>>. Acesso em: 5/08/2019.

PIERRI, N. **Historia del concepto de desarrollo sustentable**. In: FOLADORI, G.; PIERRI, N. (Coord.) ¿Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable. México: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2005.

POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

PORTO-GONÇALVES, C. Ecologia e Capital: quando a teoria não esquece o mundo. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, Vol. 12, p. 85-90, 2009.

RODRIGUES, Juliana. O movimento B Corp: significados, potencialidades e desafios. 2016. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-19122016-152403/>. Acesso em: 10/05/2019.

SAMPAIO, C. A. C et al. **Ecossocioeconomias: um conceito em construção**. In: Ecossocioeconomias. Blumenau: Edifurb, 2018.

SAMPAIO, C. A. C. **Gestão que privilegia uma outra economia: Ecossocioeconomia das organizações**. Blumenau: Edifurb, 2010.

SAMPAIO, C. A. C. et al. Arranjo socioproductivo de base comunitária: o aprendizado a partir das cooperativas de Mondragón. **Organizações & Sociedade**, v.46, p.77-98, 2008.

SAMPAIO, C. A. C; JR., O. M.; F, V. Racionalidade de tomada de decisão para o planejamento e a gestão territorial sustentável. **Redes (Santa Cruz do Sul. Online)**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 2, p. 131-155, maio 2011.

SCHUMACHER, E. F. **O negócio é ser pequeno**, 2. ed. Trad. Otávio Alves Velho. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

SEBRAE. Quais são os tipo de empresa?. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/conteudo_uf/quais-sao-os-tipos-de-empresas,af3db28a582a0610VgnVCM1000004c00210aRCRD. Acesso em: 28/08/2019.

SISTEMA B. <https://sistemab.org/>. Acesso em: 5/08/2019.

SISTEMA B. Empresas B de America latina. Disponível em: <<https://sistemab.org/empresas-b-america-latina/>>. Acesso em: 5/08/2019

SMITH, P.B.; MAX-NEEF, M. **Economics Unmasked**. Green Books, 2011.

SOUZA, R. S. Entendendo a questão ambiental: temas de economia, política e gestão do meio ambiente. **Santa Cruz do Sul**; EDUNISC, 2000.

STIGLITZ, D. J. Moving beyond market fundamentalism to a more balanced economy. **Annals of Public and Cooperative Economics**, v. 80, n. 3, p. 345–360, set. 2009.

TENÓRIO, F. G. **Responsabilidade social empresarial: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VIEIRA, P. F. Políticas ambientais no Brasil: do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. **Rev. Política & Sociedade, Florianópolis**, v. 8, n. 14, p. 27-75, 2009.

WILBURN, K; WILBURN, R. The double bottom line: Profit and social benefit. **Business Horizons**, n. 57, v. 1, p. 11–20, 2014.

WEBER, M. 1864-1920 **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva** / Max Weber; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF : Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, p. 586. 1999.

WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (WBCSD). A ecoeficiência: criar mais valor com menos impacto. 2 ed. 2001. Disponível em: <<http://www.bcsdportugal.org/wp-content/uploads/2013/11/publ-2004-Eco-eficiencia.pdf>>. Acesso em: 18/06/2019.

APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO



Universidade Federal do Paraná
Programa de Pós-Graduação em
Meio Ambiente e Desenvolvimento

PPGMade UFPR
meio ambiente e desenvolvimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu Henrique Ouro Weber portador do RG. Nº3.980.585, CPF: 051.251.589-17, responsável pela Empresa Meu Copo Eco aceito participar da pesquisa, "Novas Economias: transitoriedade entre sociedade, economia e meio ambiente" desenvolvidas pelos pesquisador João Henrique Tomaselli Piva. Permito que utilize os dados do Relatório de Impacto (B assessment) para fins de pesquisa científica, bem como o material e informações obtidas possam ser publicados em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos.

Solicito que o nome da Empresa estudada não seja identificado por nome em qualquer uma das vias de publicação ou uso () SIM (x) NÃO

Fpolis, 21 de maio de 2019

Henrique Ouro Weber





Universidade Federal do Paraná
Programa de Pós-Graduação em
Meio Ambiente e Desenvolvimento



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Ricardo Glass portador do RG. Nº 26.859.807-01, CPF: 256.402568-42, responsável pela Empresa Okena, aceito participar da pesquisa, "Novas Economias: transitoriedade entre sociedade, economia e meio ambiente" desenvolvidas pelos pesquisador João Henrique Tomaselli Piva. Permito que utilize os dados do Relatório de Impacto (B assessment) para fins de pesquisa científica, bem como o material e informações obtidas possam ser publicados em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos. Solicito que o nome da Empresa estudada não seja identificado por nome em qualquer uma das vias de publicação ou uso () SIM (X) NÃO.

São Paulo, 13 de junho de 2019.



Ricardo Glass
Okena



Universidade Federal do Paraná
Programa de Pós-Graduação em
Meio Ambiente e Desenvolvimento

PPGMade UFPR
meio ambiente e desenvolvimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu Rosana Maria Vidal Correa portador do RG. Nº 33134-1 CAU/BR, CPF: 074830637-42, responsável pela Empresa Casa do Futuro aceito participar da pesquisa, "Novas Economias: transitoriedade entre sociedade, economia e meio ambiente" desenvolvidas pelos pesquisador João Henrique Tomaselli Piva. Permito que utilize os dados do Relatório de Impacto (B assessment) para fins de pesquisa científica, bem como o material e informações obtidas possam ser publicados em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos.

Solicito que o nome da Empresa estudada não seja identificado por nome em qualquer uma das vias de publicação ou uso () SIM (x) NÃO

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2019

Rosana Maria Vidal Correa

APÊNDICE 2– QUESTIONARIO PROCESSOS ORGANIZACIONAIS

13/02/2020

PROCESSOS ORGANIZACIONAIS EMPRESAS B

PROCESSOS ORGANIZACIONAIS EMPRESAS B

O seguinte questionário tem como objetivo levantar informações referente aos processos organizacionais das empresas B.

1. COMO A EMPRESA SE CONFIGURAVA ANTES DE SE TORNAR UMA EMPRESA B CERTIFICADA E COMO ERA ESTRUTURADO O SEU MODELO DE NEGÓCIO?

2. A PARTIR DE QUAL MOMENTO A EMPRESA TOMOU CONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO B CORP?

3. QUAL FOI A MOTIVAÇÃO E O QUE LEVOU A EMPRESA A BUSCAR A CERTIFICAÇÃO B?

13/02/2020

PROCESSOS ORGANIZACIONAIS EMPRESAS B

4. COMO A EMPRESA DEFINE O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO E QUAIS FORAM AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS?

5. QUAIS MUDANÇAS OCORRERAM NO MODELO DE NEGOCIO APÓS O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO E OS BENEFÍCIOS?

This content is neither created nor endorsed by Google.

Google Forms